

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Tiago Luís Monteiro Miranda

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

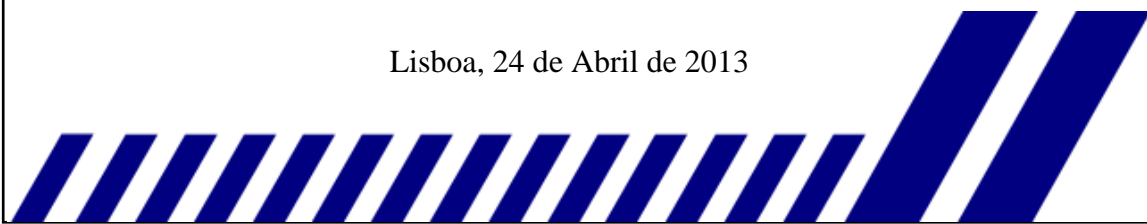
Actuação policial junto dos idosos

Estudo exploratório na área policial de
Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro

Orientador:

Subintendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote

Lisboa, 24 de Abril de 2013





Estabelecimento de ensino

*Instituto Superior de Ciências Policiais e
Segurança Interna*

Curso

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Orientador

*Subintendente Hugo Duarte de Sousa Batista e
Guinote*

Título

*Actuação policial junto dos idosos
Estudo exploratório na área policial de Queluz,
Agualva-Cacém e Rio de Mouro*

Autor

Tiago Luís Monteiro Miranda

Local de Edição

Lisboa

Data de Edição

24 de Abril de 2013



Dedicatória

*Aos meus pais e ao meus irmãos,
porque me dão forças para ser melhor
e porque me apoiaram em toda a minha vida.*

*Aos meus avós,
quem eu amo e estimo como meus segundos pais.*

Agradecimentos

Cinco anos passaram desde que atravessei com o pé direito os icônicos portões azuis do ISCPSI. Durante todo este percurso, tive o apoio de várias pessoas e aproveito agora para deixar os meus agradecimentos, se antes não os tinha expressado.

Agradeço ao meu pai Luís e à minha mãe Ana, porque me apoiaram ao longo da minha vida e em todas as decisões que tomei. Com a ajuda deles consegui traçar o caminho para a minha vida e sei que eles estarão sempre comigo.

Aos meus irmãos, Luís e João, que são sem duvida os meus melhores amigos e quem mais amo no mundo.

Aos meus avós, que cuidaram de mim desde pequeno e que sempre me amaram.

Agradeço ao meu Orientador, Hugo Guinote, pelos conhecimentos e orientações que me transmitiu, tanto como meu professor como meu orientador.

A todos os meus camaradas do XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia, sempre presentes nos bons e nos maus momentos. Um agradecimento para aqueles que para além de camaradas, são agora meus amigos: ao Jorge, Ricardo, André, Márcio, Luís, Edgar, Hugo, Cláudia e Marisa, e um agradecimento especial ao meu amigo Flávio, sempre presente nas noites de estudo.

A todos os outros que de certa forma me apoiaram ao longo de toda a minha vida.

O meu sincero OBRIGADO!

Resumo

Os idosos são uma parte da sociedade que está actualmente em crescimento e, da mesma forma, cresce a nossa necessidade em estudar este fenómeno e perceber quais as medidas necessárias para dar resposta às necessidades desta população.

O nosso objecto de estudo é o policiamento, direccionado para a população idosa e realizado pelos nossos elementos especializados no contacto próximo com estes cidadãos.

Procuramos saber qual o trabalho realizado pelos elementos policiais e se este reduz o sentimento de insegurança dos idosos. Também pretendemos analisar o método de actuação das nossas equipas de proximidade e sugerir outras práticas para melhorar o serviço policial.

Palavras-Chave: Idosos, sentimento de insegurança, policiamento de proximidade.

Abstract

The elderly represent a growing part of society and, likewise, so grows our need to study this phenomenon and to understand the necessary measures to take to answer the needs of this population.

Our object of study is the policing, aimed at the elderly population and made by our officers specialized on close interaction with these citizens.

We want to study the work of our police officers and to know if it reduces the feeling of insecurity of the elderly. We also seek to analyze the proximity officers' method of interaction and suggest other practices that improve our police service.

Key-words: Elderly, fear of crime, proximity policing.

Lista de Siglas

CFOP – Curso de Formação de Oficiais de Polícia

COMETLIS – Comando Metropolitano de Lisboa

CP – Código Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DE – Directiva Estratégica

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

DL – Decreto-Lei

DN - Direcção Nacional

DO – Directiva Operacional

EPAV – Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima

EPES – Equipas do Programa Escola Segura

FS – Forças de Segurança

GNR - Guarda Nacional Republicana

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAI – Ministério da Administração Interna

MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

OMS – Organização Mundial de Saúde

PJ - Polícia Judiciária

PSP – Polícia de Segurança Pública

PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEI – Sistema Estratégico de Informação

VD – Violência Doméstica

Índice

Dedicatória	I
Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	III
Lista de Siglas	IV
Lista de Anexos	VII
Lista de Figuras	IX
Introdução	1
Capítulo 1 – Enquadramento temático do problema de investigação	4
1.1. Conceito de Segurança.....	4
1.2. Sentimento de Insegurança	5
1.3. Conceito de Polícia	8
1.4. A evolução do Policiamento	9
1.5. O Policiamento Comunitário	11
1.6. O Policiamento de Proximidade na PSP	14
1.6.1. Directiva Estratégica n.º 10/2006 – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.....	16
1.6.2. Programa Especial Apoio 65 – Idosos em Segurança	19
1.6.3. Directiva Operacional n.º 10/2012 – A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos.....	21
1.7. Conclusão capitular.....	22
Capítulo 2 – O idoso	24
2.1. Caracterização do idoso	24
2.2. Vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais.....	26
2.3. O idoso enquanto vítima criminal.....	29
2.4. O idoso e o sentimento de insegurança.....	33

2.5.	Conclusão capitular	35
Capítulo 3 - Metodologia, apresentação e análise de resultados		36
3.1.	Metodologia	36
3.2.	Caracterização da área policial em estudo	38
3.3.	Apresentação de resultados	39
3.3.1.	Questionários aplicados aos idosos	39
3.3.2.	Questionários aplicados aos elementos das EPAV	43
3.4.	Conclusões	46
Conclusão		48
Bibliografia.....		IX
Artigos Publicados.....		XII
Legislação		XIII
Doutrina Policial Interna		XIV
Outros documentos		XIV
Sítios		XV

Lista de Anexos

ANEXO 1 – Diário de campo	XVII
ANEXO 2 – Modelo de policiamento tradicional <i>versus</i> modelo de policiamento comunitário ou de proximidade.....	XIX
ANEXO 3 – Estrutura de enquadramento do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.....	XX
ANEXO 4 – Esquema exemplificativo da distribuição de Agentes de Proximidade pela área de uma esquadra.....	XXI
ANEXO 5 – Exemplo de folheto informativo Apoio 65 – Idosos em Segurança.....	XXII
ANEXO 6 - Exemplo de folheto informativo MIPP (Queluz).....	XXIII
ANEXO 7 - Exemplo de folheto informativo MIPP (Rio de Mouro).....	XXIV
ANEXO 8 - Figura sobre a evolução demográfica dos idosos em Portugal	XXV
ANEXO 9 – População de jovens e de idosos 2000-2050 (segundo diferentes cenários, em percentagem), Portugal, 2000-2050.....	XXVI
ANEXO 10 – Gráfico com a percentagem da população idosa que vive sozinha ou exclusivamente com pessoas com 65 ou mais anos, por NUTS* II, em 2011	XXVII
ANEXO 11 – Fotografias relativas à habitação de idosos em situação de risco.....	XXVIII
ANEXO 12 – Movimento de processos na PSP entre 2008 e 2011	XXXVIII
ANEXO 13 – População residente no concelho de Sintra e nas freguesias de Agualva, Cacém, Queluz e Rio de Mouro	XXXIX
Anexo 14 – População residente com 65 ou mais anos de idade no concelho de Sintra e nas freguesias de Agualva, Cacém, Queluz e Rio de Mouro.....	XXXIX
ANEXO 15 – Crimes praticados contra idosos entre 2008 e 2012 nas freguesias de Queluz, Rio de Mouro e Agualva-Cacém.....	XL
ANEXO 16 – Idosos vítimas de crimes entre 2008 e 2012 nas freguesias de Queluz, Rio de Mouro e Agualva-Cacém.....	XLI
ANEXO 17 – Modelo de questionário aplicado à população idosa das áreas policiais de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro	XLII

ANEXO 18 – Tabelas dos resultados obtidos através dos questionários aplicados a idosos	XLVI
ANEXO 19 – Modelo de questionário aplicado aos elementos policiais pertencentes às EPAV das esquadras de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro	LIII
ANEXO 20 - Tabelas dos resultados obtidos através dos questionários aplicados aos elementos das EPAV	LVI

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução da criminalidade registada pela PSP contra pessoas com idade igual ou superior a 65 anos	30
Figura 2 – Comparação do total de crimes e o total de crimes contra idosos registados na PSP	31
Figura 3 – Crimes mais praticados contra idosos em 2012	32
Figura 4 - "Vive sozinho/a?" * "Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?"	39
Figura 5 - "Tem filhos?" * " Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?"	40
Figura 6 – Crimes praticados contra idosos (dados obtidos da pergunta 9.1)	41
Figura 7 – Locais onde contacta os idosos (EPAV) e Locais onde prefere ser contactado (Idosos)	45

Introdução

Vivemos, hoje em dia, numa sociedade tendencialmente envelhecida. Tal é comprovado por uma simples análise a dados demográficos dos últimos 50 anos em Portugal. Os avanços na área da saúde, das tecnologias e na melhoria da qualidade de vida elevam a esperança média de vida e culminam numa redução da taxa de mortalidade que, em conjunto com a decrescente taxa de natalidade, proporcionam um aumento, em números absolutos, da população idosa no país.

Esta população apresenta várias características que as distinguem do resto da população, desde problemas físicos, associados ao normal envelhecimento do organismo ou a doenças crónicas, até à perda das capacidades psicológicas, necessárias à vivência em sociedade.

Os idosos são a classe etária que apresenta maior índice de sentimento de insegurança na nossa sociedade. Tal sentimento deve-se muitas vezes não só ao facto de o idoso ter sido vítima de um crime, mas sim porque recolhe informações dos *media* que expõem a prática de crimes violentos contra outros idosos, ou então porque um vizinho seu foi vítima de tais actos.

Várias entidades que regulam a segurança, realçando dentro destas a Polícia de Segurança Pública, consideram os idosos como grupo de risco e, como tal, atribuem a esta fracção da população uma particular atenção nas suas ordens de trabalho. Em consonância com estes factos e considerando que são um grupo que está em exponencial crescimento, esta atenção deve crescer na mesma proporção. A PSP há muito tempo que considera os idosos como grupo de risco e sempre desenvolveu medidas com especial atenção sobre esta parte fragilizada da população.

Através dos meios de que dispõe, a PSP procura garantir os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos. A sua actuação visa assegurar a ordem e a segurança das pessoas e, como tal, desenvolve as suas orientações de forma a melhor cumprir com esta missão. Com o propósito de conseguir trabalhar junto da população e combater o seu sentimento de insegurança, a PSP exerce um policiamento que privilegia a prevenção e o contacto com a comunidade. Este policiamento, denominado por nós como policiamento de proximidade, é o método através do qual, a PSP procura combater o crescimento dos índices criminais e o sentimento de insegurança da população. No entanto, existem fracções da sociedade que apresentam maior risco e/ou maior sentimento de insegurança, como é o caso dos jovens

ou dos idosos. Para estes grupos foram pensadas estratégias especiais e desenvolvidos Programas que combatessem estes factores, nomeadamente através do Programa Escola Segura ou Apoio 65.

No ano em que se celebra o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre as Gerações (2012)¹, e numa altura em que a temática dos idosos começa a ganhar um importante papel na agenda de diversas entidades, propomo-nos a estudar a actuação policial da PSP junto desta população.

Esta dissertação insere-se no âmbito das Ciências Policiais, privilegia um espírito empírico e tem como objectivos: (1) perceber se as directrizes determinadas pelo Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança e o Projecto A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos, contribuem para o aumentar do sentimento de segurança da população idosa e (2) aferir se os elementos das EPAV sentem que a formação que recebem é adequada para o exercício das suas funções.

Estabeleceram-se duas hipóteses: (1) as medidas estabelecidas pela Directiva nº 10/2012 contribuem, junto da população-alvo, para uma redução efectiva do sentimento de insegurança. (2) Os elementos das EPAV sentem que a formação que recebem é adequada para o exercício das suas funções.

Sobre a actuação policial junto dos idosos e associada às novas directrizes emanadas em 2012, desconhecemos quaisquer tipos de estudo realizados pela PSP e, como tal, torna-se pertinente a sua elaboração, visto ser uma temática actual, conforme se comprova pelo facto de 2012 ser considerado o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre as Gerações; por existir um grande impacto social devido a recentes óbitos de idosos em isolamento, os quais são tardiamente detectados; terem sido emanadas novas medidas pela DN da PSP para actuação junto dos idosos, nomeadamente através da Directiva 10/2012, de 24 de Maio; e pelo facto de actualmente existir imensa procura e divulgação pelos *media* de informações sobre criminalidade contra idosos.

De forma a melhor obtermos dados e assim cumprir o mais precisamente possível os nossos objectivos, optámos por realizar o nosso estudo nas áreas policiais de Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro, todas elas inseridas na zona adstrita à Divisão de Sintra, do Comando Metropolitano de Lisboa. Estas zonas foram todas seleccionadas por apresentarem grande índice de população idosa e por terem parte do efectivo das suas esquadras adstrito às funções que pretendemos estudar.

¹ Aprovado pela Decisão nº 940/2011/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Setembro de 2011

A metodologia aplicada para a realização desta dissertação consistiu em pesquisa bibliográfica e documental; na produção e aplicação de inquéritos por questionários; na observação directa não participante e na análise dos resultados de forma a podermos confirmar ou não as hipóteses levantadas.

A recolha de bibliografia e outros documentos permitiu a elaboração do enquadramento teórico necessário para servir de base e sustentar todo o trabalho.

No primeiro capítulo, procuramos estudar os actuais conceitos de segurança, sentimento de insegurança e de Polícia, pois são parte da base teórica que nos permite estudar o policiamento. Fizemos uma breve evolução do policiamento até chegarmos ao policiamento de proximidade praticado hoje em dia pela PSP. Demos especial atenção às diferentes directivas emanadas, Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, e a Directiva Operacional n.º 10/2012, de 24 de Maio, que regulam a actuação policial e no mesmo âmbito também abordamos o Programa Apoio 65.

No segundo capítulo, dedicamos o estudo ao idoso, pois para percebermos que tipo de policiamento é necessário realizar junto dos mesmos, devemos tentar compreender as suas características e necessidades. Como tal, fizemos uma breve caracterização desta população e procuramos estabelecer padrões que nos auxiliassem a definir o idoso. Das várias características apresentadas, optámos por estudar aquelas que são consideradas como vulnerabilidades, pois aumentam a probabilidade do idoso ser vítima criminal ou de se sentir inseguro. Estas duas vertentes, criminal e sentimento de insegurança, foram também alvo do nosso estudo. Na primeira, realizamos uma análise criminal que nos permitiu perceber a evolução criminal contra idosos a nível nacional e quais os tipos de crime que mais os afectam. Na segunda, optámos por desenvolver a temática do sentimento de insegurança que afecta especificamente os idosos, explanando alguns dos factores que mais contribuem para o seu aparecimento.

No terceiro e último capítulo, fizemos a apresentação da metodologia adaptada pela nossa investigação, qual a área em que decidimos aplicar o nosso estudo e definimos qual a amostra visada na aplicação dos nossos questionários.

Após esse enquadramento metodológico, fazemos a apresentação dos resultados obtidos e desenvolvemos as conclusões retiradas dos mesmos.

Finalizamos o trabalho com a afirmação ou infirmação dos nossos objectivos, traçando algumas recomendações de alteração de procedimentos e as nossas reflexões pessoais finais.

Capítulo 1 – Enquadramento temático do problema de investigação

1.1. Conceito de Segurança

O conceito de segurança é um conceito em constante mutação, visto ser algo que se adapta ao contexto espacial e temporal onde é estudado. Em termos espaciais, ele é diferente consoante a localização geográfica em análise e em termos temporais, ele varia consoante o momento histórico da sociedade em que é investigado, indo de encontro ao que é defendido por Gomes, quando refere que “a segurança adquire significados diferentes consoante os indivíduos, as sociedades e os momentos históricos em que é usado” (GOMES, 2006:3).

Em 2009, Cristina Sarmento afirmou que o conceito de segurança estaria, tradicionalmente, associado a algum tipo de acção ou acontecimento que afectasse os objectivos políticos do Estado, sendo que a segurança do indivíduo e a segurança do Estado estavam intimamente ligadas. Este tipo de pensamento, definido como Concepção Realista (BRANDÃO, 2004:38) e associado a época do Expansionismo, predominava devido ao elevado número de conflitos internacionais, os quais obrigavam os Estados a deslocarem os seus meios político-militares para a resolução destes conflitos externos.

Este conceito de segurança está ultrapassado pois actualmente o “culto dos *Direitos Humanos*” (SARMENTO, 2009:60), a globalização e as exigências das populações levam a que o Estado desenvolva as suas acções com vista à criação e manutenção da segurança direccionada a um nível humano e quase personalizado. O cidadão obtém assim um papel importante na definição da segurança pois procura-se a sua satisfação com ela e até o seu apoio pois, como defende Gomes (2006:3), ele “dispõe de um direito de usufruir segurança, no espaço público, e de um direito de participação na definição e resolução de alguns problemas de segurança”. As populações passam a exigir uma segurança ao nível da sua vida em sociedade, quer ao nível da segurança do ponto de vista criminal como da segurança rodoviária ou até segurança alimentar (OLIVEIRA, 2006).

Como tal, hoje em dia, procura-se trabalhar a segurança junto da população, procurando conhecer quais as suas preocupações, os problemas que mais os afectam e quais as possíveis soluções para esses problemas.

Um dos principais passos dados nos últimos anos em Portugal tem sido a crescente interacção entre as forças de segurança nacionais e as diversas entidades sociais que com elas trabalham, eliminando assim a anterior monopolização do Estado em relação à segurança. Esta interacção permitiu a sinalização de vários problemas que afectam a sociedade e que, geralmente, afectam a sua segurança. Graças a este relacionamento, existe maior contacto com o cidadão, num plano individual e personalizado, e com a própria comunidade local, permitindo assim a aplicação das práticas defendidas pelo modelo de policiamento comunitário, o qual iremos abordar com maior dedicação no ponto 1.5 deste Capítulo.

Importa referir que, actualmente, o conceito de segurança privilegia o indivíduo, centralizando neste e não no Estado, os princípios e as prioridades de actuação.

Esta nova forma de actuar no plano da segurança permite não só continuar a melhorar os níveis de segurança objectiva, através da redução dos índices criminais, como diminuir os índices de insegurança subjectiva associados ao denominado sentimento de insegurança, algo que não é possível mensurar.

1.2. Sentimento de Insegurança

Actualmente, o tema da segurança tem sido alvo de vários estudos, resultado da crescente preocupação com esta matéria tão essencial para a vida em sociedade. Uma das questões mais estudadas neste âmbito é o sentimento de insegurança.

O termo “sentimento de insegurança” está muitas vezes associado a outro normalmente denominado *fear of crime* ou “medo do crime”. Apesar de ambos parecerem ter o mesmo significado, na realidade são diferentes e como tal, devem ser estudados de maneira diferente.

O estudo do *fear of crime*, conceito utilizado sobretudo pela escola anglo-saxónica, baseia o seu objecto de estudo em factores associados à criminalidade. Segundo Feldman, o *fear of crime* é “uma resposta racional à possibilidade, ou à experiência real, de vitimação” (FELDMAN cit. in MACHADO, 2004).

Em contrapartida, ao conceito de sentimento de insegurança não é apenas associado o estudo do impacto da criminalidade sobre a percepção da segurança das pessoas mas também a relação que estas têm com outros factores actuais da sociedade, destacando a “crescente urbanização, as incivildades, a crise económica, a insatisfação com o sistema

penal (pouca confiança na polícia e no aparelho judiciário), o enfraquecimento das relações de amizade e de vizinhança, a migração, entre muitos outros” (ROCHÉ, cit. In FERREIRA, 2010: 5).

Vários estudos vêm por fim comprovar a diferença entre os conceitos de “fear of crime” e “sentimento de insegurança”. O primeiro apenas foca a sua análise no crime e no impacto directo deste junto da população, sendo assim bastante redutor na compreensão do fenómeno, pois pressupõe que numa determinada população onde existam 0 (zero) registos criminais, não exista sentimento de insegurança.

Tal não acontece e só analisando o fenómeno através do estudo do crime, das incivildades e restantes impactos sociais é que se consegue ter uma melhor percepção da dimensão deste sentimento.

Como tal, hoje em dia, considera-se que “sentimento de insegurança” é uma expressão com “maior consistência em relação à expressão anglo-saxónica *fear of crime*” (LEITÃO, 2000).

O sentimento de insegurança pode ser assim definido como o sentimento gerado pela prática de crimes, contra ou potencialmente contra um individuo mas também criado por outros factores que causam receios, ansiedades e alterações ao seu estado emocional e psicológico, como as incivildades, comoções sociais ou a simples descrença na sua comunidade. Segundo Lourenço, Lisboa e Frias, o sentimento de insegurança é “uma manifestação de medo ou inquietação, individual ou colectiva, cristalizada sobre o crime (...) [e] constitui uma forma de racionalidade, uma leitura da realidade ligada às representações dos indivíduos e baseada nos seus conhecimentos sobre o mundo envolvente” (LOURENÇO, LISBOA, FRIAS, cit. in LEAL, 2011:7). Este sentimento é muitas vezes gerado pela distorção da realidade, quer seja pela comunicação através dos *media*, quer pela comunicação interpessoal.

Esta deformação da realidade causa na população a adopção de comportamentos que normalmente não praticaria, transformando assim a sua posição na sociedade (LEITÃO, 2000:3). Existe menor confiança entre as pessoas, receia-se andar na rua em determinadas horas do dia e em determinados locais, há maior isolamento social visto que as pessoas não aceitam comportamentos diferentes dos seus e procuram evitá-los. A aplicação de sistemas de vigilância em residências, estabelecimentos de comércio, transportes públicos demonstra esta clara e constante falta de confiança na vida em sociedade.

Justifica-se assim a necessidade de estudar e compreender este fenómeno, procurando assim perceber a sua relação não só com o cometimento de crimes e dos impactos causados por ele, mas também o impacto de vários “símbolos” (FERRARO, cit. in LEITÃO, 2000:5) percebidos pela população e que são causadores de insegurança nela.

Devido a esta nova vertente no estudo do sentimento de insegurança, vários autores (MOREIRA, 2008; FERNANDES, 2009; LEAL, 2011) procuraram estudar uma das principais fontes para a criação destes símbolos: as incividades.

De facto, os resultados dos seus trabalhos vieram comprovar que “a emergência do sentimento de insegurança não centra-se apenas no agravamento da criminalidade, nascendo também de outros actos incívicos. As manifestações de incividade contribuem para ampliar o clima de insegurança e causam um impacto perturbador sobre a ordem pública” (CLEMENTE, 2000:283).

Estas incividades são pequenos actos que condicionam a maneira como a população vê a sua área pois elas “não são mais que rupturas à normalidade da vida diária numa dada sociedade e num determinado momento” (ROCHÉ, 1993:142).

Uma das principais teorias que aborda este tema e que hoje em dia serve como base para muito do trabalho policial, é a teoria *broken windows* de J. Wilson e G. Kelling (1982). Segundo a mesma, a falta de regulação e controlo sobre a prática de incividades levava a um escalar da gravidade que pode culminar no cometimento de crimes mais graves (OLIVEIRA, 2006:66). Como tal, esta prática de incividades num determinado espaço, vai afectar a percepção de segurança da população, criando assim sentimentos de receio e desconfiança entre as pessoas dessa área.

Alguns exemplos de incividades são os “graffitis, vandalismo, edifícios deteriorados, vidros partidos, embriaguez na via pública, grupos de ociosos que gritam obscenidades a quem passa, mendigos sem pudor, consumo ostensivo de droga, prostituição, lançamento de sacos de lixo pela janela, ajuntamentos ruidosos, degradações” (CUSSON, 2007:190-191).

Esta teoria vem então defender uma maior pro-actividade por parte da Polícia, fomentando assim um policiamento junto da população, um policiamento de proximidade, através da criação de sinergias, onde os objectivos são do interesse das duas partes envolvidas. Por um lado, é vantajoso para a Polícia pois a detecção, controlo e eliminação definitiva da prática de incividades contribuem, em última instância, para a diminuição da

criminalidade objectiva. Por outro lado, para a população, há uma melhoria no seu sentimento de segurança e maior confiança na capacidade das forças policiais para a resolução dos seus problemas.

1.3. Conceito de Polícia

Antes de fazermos a abordagem à evolução do policiamento e de forma a melhor contextualizar o actual modo de trabalhar da PSP, iremos realizar uma pequena abordagem ao conceito de Polícia.

A dificuldade em definir um conceito de Polícia sempre existiu, fruto de diferentes enquadramentos espaço-temporais e posições políticas do Estado. Contudo, actualmente estamos perante uma Polícia com características assentes e objectivos claros e bem delineados, facilitando assim a sua compreensão e consequente definição.

Hoje em dia, define-se Polícia através dos seus três sentidos: sentido orgânico, sentido funcional e sentido formal.

Pelo seu sentido orgânico, entenda-se Polícia como “o conjunto de serviços da Administração Pública com funções exclusivas ou predominantemente da natureza policial” (RAPOSO, 2006:24). Dentro deste conjunto, destacamos alguns órgãos como a PSP, a Guarda Nacional Republicana, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Polícia Judiciária e as autoridades policiais pertencentes a todos estes órgãos, entre vários outros que prosseguem as mesmas funções (definidas no supramencionado art.º 272.º da CRP).

A Polícia em sentido funcional pode caracterizar-se pela actividade desenvolvida pelas autoridades, órgãos e serviços da Administração Pública, com o objectivo de assegurar bens fundamentais e a prevenção de perigos tutelados na ordem jurídica, sendo esta prevenção apenas dirigida a perigos que causem danos a bens jurídicos (CORREIA, 1994:394; DIAS, 2010:5). Dentro da definição funcional de Polícia podemos encontrar ainda duas divisões: a modalidade de Polícia administrativa e a Polícia judiciária.

A modalidade de Polícia administrativa pode ser ainda dividida em Polícia administrativa geral, à qual competem sobretudo funções relacionadas com a ordem, segurança, tranquilidade e salubridade pública (exemplos de Polícia administrativa geral: PSP e GNR), e Polícia administrativa especial, que apresenta competências especializadas em função da tarefa que tem adstrita (exemplos de Polícia administrativa especial: SEF).

À modalidade de Polícia judiciária, apesar de também ter como finalidade a prevenção de perigos, competem sobretudo funções para a “investigação dos delitos, a reunião de provas e a entrega dos suspeitos aos tribunais” (DIAS, 2010:6).

Por fim, o sentido formal da Polícia é definido quando a Administração Pública aplica os seus poderes de Polícia (quer seja por vigilância, actos concretos ou regulamentos) sobre os cidadãos (CAETANO, 1990:1164; DIAS, 2010:6).

Este conceito de Polícia foi aprimorado ao longo dos tempos, definindo hoje a maneira como a Polícia procura actuar. A própria Constituição da República Portuguesa, no seu art.º 272.º, n.º 1, facilita tal definição quando determina que as funções da Polícia são: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Para cumprir com tais funções, a Polícia é sujeita a um constante processo de evolução, que nunca poderá estagnar.

1.4. A evolução do Policiamento

O método de actuação da Polícia, desde tempos remotos até à actualidade, nunca foi o mesmo. Ele difere de nação para nação e entre diferentes contextos temporais, pois em muito depende dos posicionamentos políticos, económicos e sociais que uma sociedade atravessa.

Na antiga Roma, marcada por vários tipos de conflitos internos e convulsões sociais e políticas, foi necessária a criação de diversos corpos que fizessem frente a estes problemas. Dentro destes, destacamos 3: os *vigiles*, as *cohortes urbanae* e os *stationarii*. O policiamento exercido por estes corpos baseava-se, sobretudo, na manutenção da ordem pública e no combate à criminalidade através do exercício da força, apesar de exercerem também outro tipo de funções, como o combate a incêndios ou até funções no campo de batalha (FUHRMANN, 2012).

Após a queda de Roma, a Europa atravessou uma crise devido às invasões bárbaras e a única preocupação das populações era a defesa da sua comunidade de ameaças externas. Apesar disto, existiam algumas que apresentam algum tipo de controlo policial, nomeadamente através do modelo *Frankpledge* e do modelo *Gendarme*, aplicadas respectivamente nas regiões saxónico-normandas e franco-romanas.

O modelo *Frankpledge* assentava num princípio da vigilância comunitária, muito aceite e aplicada pelas populações anglo-saxónicas. Apesar de basear o seu policiamento

num sistema interno da comunidade, este modelo consistia na atribuição de poderes judiciais pela tutela real aos *shire-reeves*, eleitos para supervisionarem um *shire*². Por sua vez, estes nomeavam um *constable* de entre a população que eles visavam proteger. As pessoas eleitas para exercer a segurança eram parte da própria comunidade e, como tal, eram os mais interessados na manutenção da ordem e da paz (MONET, 2006:38-39).

Notava-se uma hierarquia mas não havia método sobre como exercer a segurança e todos os procedimentos eram deixados à discricionariedade de quem a exercia. Este sistema permitia a aplicação de decisões completamente parciais e consequentemente dá lugar à corrupção, devido à intimidade que a população tinha com os responsáveis pelo exercício da lei mas também pelo abuso de poder por parte dos *shire-reeves* (MONET, 2006:43). Demonstrou-se então que este modelo de policiamento não era eficaz no combate da criminalidade e às populações exigiam uma reforma ao sistema.

Ao mesmo tempo que o modelo *Frankpledge* estava em vigor nas regiões do noroeste da Europa, nas regiões onde predominava a cultura franco-romana era exercido o modelo *Gendarme*.

Este modelo apresentava-se através de um corpo policial de cariz militar, com uma estrutura orgânica centralizada e com procedimentos bem delineados e menor discricionariedade, em contraste ao modelo *Frankpledge*. Este corpo de cariz militar, inicialmente denominado *Maréchaussée* e alterado em 1791 para *Gendarmerie* (MONET, 2006:50) A população não tinha qualquer intervenção no policiamento, tendo como única responsabilidade a entrega de criminosos detidos por si.

Este corpo apresentava bons índices de controlo da criminalidade e, sobretudo, no controlo das convulsões sociais de maior escala, mas tinha pouco contacto com a população. Se por um lado essa diminuição da proximidade contribuía para uma maior imparcialidade, por outro lado, a vertente das informações tornava-se ineficaz.

Em Inglaterra houve a intenção de dar o primeiro passo na criação de uma Polícia moderna que trabalhasse a prevenção criminal e não apenas a reacção ao crime. A 29 de Setembro de 1829 surge a *Metropolitan Police*, um corpo policial composto por três mil *constables* com o objectivo de patrulhar as ruas de Londres (MONET, 2006:51). Esta força assumia uma filosofia diferente da *Gendarmerie*, pois defendia uma maior proximidade com a comunidade (eram uma força civil, não militar). O uniforme era inovador (jaqueta e cartola de cor azul) e a única arma que estavam autorizados a usar era um bastão curto.

² Um *shire* era composto por dez *hundreds*; uma *hundred* era composta por dez *tithings*; uma *tithing* seriam dez famílias. Um *shire* representaria então cerca de mil famílias (MONET, 2006:38).

Esta concepção de policiamento inglês tornou-se extremamente popular e acabou por ser desejada por vários países da Europa.

O início do séc. XX é marcado por grandes conflitos internacionais e, com eles, grandes movimentos das populações para as cidades. Estes êxodos rurais criam uma sobrepopulação nos espaços urbanos, obrigando as Polícias a mudarem os seus métodos de policiamento, estabelecendo como prioritário a resposta reactiva ao crime em detrimento da relação de proximidade com a população. Este processo prejudica directamente a recolha de informações, a resolução de problemas e, consequentemente, diminui o sentimento de segurança das populações.

Da constatação que este modelo de policiamento necessitaria de uma reforma, surge a proposta de criação de um modelo que defendesse uma forte ligação com a comunidade e privilegiasse a resolução dos seus problemas, quer a nível criminal como a nível de incividades; surge o conceito de Policiamento Comunitário.

1.5. O Policiamento Comunitário

Por se ter tornado obsoleto o policiamento tradicional (que consistia no trabalho direccionado unicamente ao combate reactivo do crime) e porque se começava a sentir a necessidade de obter informações a partir do contacto próximo com a população, houve a preocupação em adoptar um modelo de policiamento que apostasse na proximidade com a comunidade de forma a obter maior número de informações criminais, conhecer quais os problemas causadores de insegurança que existiam junto da mesma e, ao mesmo tempo, criasse parcerias com outras entidades de forma a resolvê-los (HENRIQUES, 2009:13). Este modelo de policiamento é internacionalmente conhecido por *Community Policing* ou Policiamento Comunitário, em português. A tabela que segue no anexo 2, demonstra as diferentes posições adoptadas entre o policiamento comunitário em contraste com o policiamento tradicional.

A dificuldade encontrada por muitos investigadores e autores em definir o conceito “comunitário” de policiamento, parte desde logo da sua construção morfológica. Se para as escolas anglo-saxónicas o termo utilizado é o *Community Policing*, para as escolas francesas o termo é *Police de Proximité*. Para Manuel António, esta diferença não é relevante pois ela apenas existe devido ao espaço geográfico em que o conceito é aplicado, já que “no mundo anglo-saxónico (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá) predomina a

primeira denominação [*Community Policing*], ao passo que no mundo francófono predomina a segunda [*Police de Proximité*]” (ANTÓNIO, 2003:20), tal como para Joaquim Simão, o qual aponta que a diferença entre os dois termos é “meramente semântica” (SIMÃO, 2009:14).

Na nossa opinião, e partilhando da mesma opinião de José Oliveira (2006:115), esta diferença de denominação do conceito não causa impacto na essência filosófica e estratégica deste modelo. Apesar deste facto, optaremos por utilizar sempre o conceito português, “Policimento de Proximidade”.

A concepção originária deste modelo é atribuída por alguns autores a Robert Peel, quando em 1829 fundou, em Londres, a *Metropolitan Police* (OLIVEIRA, 2006:119).

Aos *constables*, membros daquela Polícia, eram dadas ordens para prevenir o crime e trabalhar junto da população, pois Peel defendia que “a polícia é o público e o público é a polícia” (NORMANDEAU e LEIGHTON, cit. in OLIVEIRA, 2006:120). A prestação de um serviço de proximidade era assim exigido aos *constables*, que procuravam ganhar a confiança da população através da sua actuação, pautada pelo mínimo recurso à violência e por regulamentos que visavam reduzir a discricionariedade nas suas decisões.

Foram realizadas no Reino Unido as primeiras experiências que procuravam testar a aplicação do modelo comunitário, nomeadamente em Aberdeen na Escócia e em Accrington na Inglaterra. Ambas as experiências procuraram aplicar equipas de elementos policiais a trabalhar em locais previamente definidos, para que estes pudessem responder às necessidades e problemas dessas áreas (OLIVEIRA, 2006:120). Também nos Estados Unidos foram desenvolvidas experiências e conclui-se que a adopção do policiamento em equipa traria benefícios e resultados operacionais positivos para as suas polícias.

Este modelo de policiamento anglo-saxónico direccionado para o apoio à comunidade e para a relação polícia-população, substituiu na década de 90, os modelos anteriormente usados na maior parte dos países da Europa, os quais ainda baseavam a sua filosofia na protecção do Estado e dos seus representantes políticos, e mantinham uma postura indiferente para com os problemas da sociedade, naquilo que era denominado como a “polícia do príncipe” (OLIVEIRA, 2006:120). Como este tipo de modelo foi provado incapaz de fazer frente às vagas de violência e de sentimento de insegurança que assolavam os países onde eram aplicados, devido às inúmeras convulsões sociais e ao incentivo da repressão das mesmas, no lugar de se combater os problemas que as originavam, os órgãos do poder decidiram optar por mudar o eixo filosófico que a sua

polícia estava a seguir e procuraram adoptar aquilo que era feito com sucesso no noroeste da Europa.

Quando, em 1998, Normandeau define que o policiamento comunitário “é um novo conceito que propõe uma nova abordagem filosófica, organizacional e operacional da polícia no meio urbano e cujas ideias base residem no trabalho em parceria entre a polícia e a colectividade, no sentido de uma melhor gestão da criminalidade, da ordem pública, assim como, o desenvolvimento de programas de prevenção de crime” (NORMANDEAU, cit. in OLIVEIRA, 2006:115), ele procura demonstrar que será através da mudança do posicionamento da polícia em relação à comunidade que se irá atingir os objectivos pretendidos com este novo modelo de policiamento. Na medida em que a segurança humana³ se assume como o principal objectivo das novas filosofias policiais centradas na proximidade, será através da “descentralização organizacional e na reorientação das patrulhas, com vista a facilitar a dupla comunicação, entre a polícia e o público” (SKOGAN, cit. in OLIVEIRA, 2006:115) que se poderá combater os diferentes problemas da população, desde as pequenas incivildades até à prática de crimes. Pretende-se também que a polícia desenvolva parcerias com diversas entidades, de forma a dar melhores e mais céleres respostas a estes problemas da comunidade, demonstrando assim a sua pro-actividade, a sua intenção de trabalhar em sinergia com todas as instituições que procurem melhorar a vida das pessoas e o seu intuito em reduzir o sentimento de insegurança, enquanto resultado não só do crime mas também das referidas incivildades, conforme o supracitado em relação à teoria *broken windows*, de J. Wilson e G. Kelling, em 1982.

Este método de trabalho é precisamente aquilo que caracteriza o policiamento comunitário pois, tal como Trojanowicz defende, “o Modelo Comunitário não é uma tática, técnica ou programa, mas sim uma nova abordagem policial, sendo que, os departamentos policiais que implementam esta estratégia terão que modificar não somente mentalidades, mas também, a forma de agir” (TROJANOWICZ, cit. in HENRIQUES, 2009:14).

Este modificar de mentalidades e a maneira de agir são difíceis de alcançar, apresentando-se como uma das dificuldades e limitações do modelo comunitário, concretizando-se na resistência à mudança, como defende Sónia Henriques (2009:16). Para além deste factor, José Oliveira (2006:123-126) aponta outros, como por exemplo: a procura da solução ideal para ambas as partes, pese embora esta não seja a mais correcta a

³ Segurança Humana – Conceito introduzido pelo *Relatório do Desenvolvimento Humano*, publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1994

nível formal; a grande capacidade do modelo em detectar os problemas mas não a preveni-los; a vigilância exercida pelas pessoas do bairro ao seu próprio bairro pode levar à protecção dos seus interesses pessoais e não os da comunidade; incentivo à polivalência dos elementos policiais em contraste com a crescente necessidade de especialização; com o avançar do tempo e com a desenvolver das ligações interpessoais, pode tornar-se impraticável o uso de poderes de autoridade da parte do elemento para com a população a que está afecto no serviço; a falta de formação sentida pelos elementos afectos a este tipo de policiamento, que defendem exercer funções de elevada complexidade para as quais não estão preparados; entre vários outros problemas associados à implementação deste modelo de policiamento.

Apesar de existirem algumas limitações ao modelo, ele serve de base para o policiamento que era pretendido para Portugal, um policiamento orientado para o cidadão, para o relacionamento entre a polícia e a comunidade que, através da proximidade, permitisse combater os problemas das populações, procurando reduzir os índices de insegurança objectiva e subjectiva.

1.6. O Policiamento de Proximidade na PSP

Antes de abordarmos o policiamento realizado pela PSP, achamos pertinente definir o que é actualmente entendido como Policiamento. Então, policiamento consistirá no conjunto de actividades e serviços prestado pelas entidades competentes, cujo objectivo será a garantia da paz e da tranquilidade pública, através da criação de sistemas de vigilância e da aplicação de penas sancionatórias aos comportamentos desviantes (REINER, 2010:5).

A PSP “é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa” e que “tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei”, conforme o estabelecido respectivamente no n.º1 e 2 do art.º 1.º, presentes na Lei n.º 57/2007, de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Hoje em dia a PSP procura realizar esta missão através de um modelo de policiamento baseado no policiamento comunitário, modificado de forma a melhor se

adaptar à população portuguesa e à realidade económica e política actual, mas nem sempre foi esta a posição da PSP.

Houve necessidade de adoptar este modelo pois o seu antecessor, baseado nas directrizes do Modelo Tradicional de Policiamento, tinha-se comprovado ineficaz. A reacção única e exclusivamente ao crime, na maior parte das vezes após o próprio acontecer, não surtia o efeito desejado. Quebrava o relacionamento que existia entre a população e a polícia, e não reduzia os índices do sentimento de insegurança, produzido sobretudo pelas incivildades e pequena criminalidade, tal como já foi anteriormente referido.

Para fazer face a estes fenómenos, houve necessidade de reformular o modelo de policiamento da PSP para criar uma polícia mais preventiva, que tivesse maior presença junto da população e assim, desenvolvesse uma cooperação com a comunidade, pois tal como referiu em 1995, o na altura Ministro da Administração Interna, Alberto Costa: “profissionalismo, civismo, transparência, proximidade e orientação para os problemas concretos dos cidadãos – eis algumas linhas de força para um programa de modernização que convoque em simultâneo a sociedade e a Polícia” (COSTA, 1996:21).

Alberto Costa integrava na altura o XIII Governo Constitucional e é com este governo “que se inicia a actualização do modelo de policiamento português e o lançamento de programas de policiamento orientados para a especificidade dos problemas urbanos e suburbanos, (...) [de entre os quais] destaca-se o reforço do Programa Escola Segura e o lançamento de novos Programas como, como por exemplo, o Programa Idosos em Segurança” (FERNANDES e VALENTE, cit. in ELIAS, 2007:479).

Será, sobretudo, através destes Programas que a PSP procurará combater a pequena criminalidade e a prática de incivildades pois, como Luís Elias defende, estes são geradores de “sentimentos subjectivos de insegurança” e como tal, será sobre estes que deverá incidir, “sem menosprezo para as restantes vertentes, a reflexão macro-estratégica da PSP” (ELIAS, 2007:477).

Durante vários anos, a PSP aplicou vários dos seus recursos ao serviço destes Programas, distribuindo os elementos policiais pelas zonas sensíveis, como escolas e áreas comerciais, mas também junto da população idosa, carenciada de atenção devido às suas vulnerabilidades físicas e psicológicas e elevado sentimento de insegurança. O problema é que esta afectação de recursos e o tipo de trabalho realizado pelos elementos policiais não

estavam sujeitos a qualquer tipo de directrizes, existindo diferenças no método de trabalho entre os vários Comandos da PSP.

Para fazer frente a esta diferenciação de procedimentos, a Direcção Nacional da PSP elaborou a Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, que implementou o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.

1.6.1. Directiva Estratégica n.º 10/2006 – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

Esta directiva não decorre de um programa elaborado pelo poder político, embora vá de encontro com as opções que o XVII Governo Constitucional estabeleceu no seu Programa para 2005-2009 (ELIAS, 2007:481), mas antes materializa uma iniciativa própria da PSP.

Através dela, estabelece-se um modelo de policiamento de proximidade moderno para Portugal, devidamente regulamentado, com objectivos e uma estrutura orgânica bem enquadrados.

Nos anos anteriores a esta Directiva, alguns elementos policiais já aplicavam no seu policiamento, ainda que de uma forma muito discricionária, as filosofias comunitárias e de proximidade, através do contacto que tinham com a população e com os comerciantes durante a sua patrulha a pé. Após algum tempo foram também lançados pelo Governo os Programas Escola Segura, Comércio Seguro e Idosos em Segurança, devido ao crescente apelo da população para que houvesse maior contacto da Polícia com estes grupos considerados de risco. Visava-se contrariar o crescente sentimento de insegurança que não conseguia ser reduzido através do policiamento direccionado ao combate da criminalidade. Foram direccionados vários recursos, humanos e materiais, para uma boa prestação destes serviços junto da população, mas não existia uma uniformização de objectivos a cumprir entre os Comandos da PSP.

Esta necessidade de uniformização originou a criação da Directiva Estratégica n.º 10/2006. Ela determina a implementação do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, visando melhorar o método de actuação junto dos cidadãos e assim conferir um serviço de qualidade superior, orientado para a detecção e resolução dos problemas que os afectam, baseando as suas directrizes em objectivos estratégicos e operacionais. De

referir que com a difusão da OP n.º4822, de 12 de Julho de 2010, emanada pela DN/PSP, a designação PIPP foi substituída pela designação MIPP.

Este novo método de actuação deverá ainda ser uma base para uma melhor articulação entre as diversas valências que regem a actuação da PSP, como a prevenção, a ordem pública, a investigação criminal e a recolha de informações policiais. A aplicação de meios na prevenção da criminalidade traduz-se, teoricamente, numa redução da necessidade de manutenção de ordem pública, ao mesmo tempo que é fomentada a componente das informações policiais, que são um contributo de elevada importância na valência da investigação criminal.

Também é objectivo estratégico desta DE, a substituição do tipo de patrulhamento realizado, abandonando-se assim o patrulhamento aleatório, casuístico e eminentemente reactivo (baseado no Modelo de Policiamento Tradicional), e adoptando o patrulhamento orientado por objectivos estratégicos e operacionais. Direcção-se este patrulhamento para uma maior proximidade com o cidadão, com o intuito de identificar os problemas que afectam o sentimento de segurança destes e procurar a sua resolução, de forma a potenciar a redução dos índices criminais futuros.

Uma das principais determinações que esta DE impõe é a criação de parcerias, formais ou informais, com as diferentes entidades da sociedade que regulam a segurança ou prestam apoio social e com os próprios cidadãos, de forma a melhor fazer frente aos problemas detectados. Esta nova filosofia de proximidade procura demonstrar uma maior receptividade da PSP aos problemas da sociedade civil e a intenção na resolução dos mesmos, visando a melhoria do sentimento de segurança. Em consequência, pretende-se melhorar a imagem da PSP junto da sociedade, aumentando assim a confiança da população no serviço prestado pela nossa instituição e garantindo o seu apoio no combate ao crime e na recolha de informações.

Um dos pontos que esta DE procura implementar é a especialização dos elementos policiais afectos ao policiamento de proximidade, através do investimento na sua formação. De realçar que esta formação é alvo da presente investigação, na medida em que é nosso objectivo compreender se os elementos afectos ao MIPP, especificamente os elementos das EPAV, sentem que tem a formação necessária ao exercício das suas funções.

Vários são os objectivos operacionais desta DE mas optamos por realçar apenas alguns. De entre estes, consideramos como mais importantes: a redução do sentimento de

insegurança; a redução da prática de “crimes de rua”⁴ e do pequeno/tráfico de estupefacientes; e o reforço da actuação policial junto dos “grupos de risco”⁵, ao nível do apoio que lhes é prestado e na prevenção e investigação dos crimes de violência doméstica. Realçamos estes objectivos operacionais pois são aqueles que consideramos mais importantes para o presente estudo, pois a actuação policial junto dos idosos e o impacto que esta traz para a melhoria do sentimento de segurança destes, é objectivo do mesmo.

A actuação policial no policiamento de proximidade é regida por uma nova estrutura orgânica, implementada pela DE. Segundo a mesma, o MIPP é coordenado, ao nível dos Comandos Metropolitanos, Regionais e de Polícia, pelo Chefe da Área de Operações e Segurança, o qual nomeia os Gestores Locais do MIPP (Comandantes de Divisão/Esquadra), os Supervisores Locais do MIPP (Chefes) e os Agentes de Proximidade⁶.

Cada um apresenta funções específicas no âmbito do policiamento de proximidade mas serão sobretudo os Agentes de Proximidade que terão maior impacto directo junto da comunidade. Deste facto advém a necessidade em descentralizar o poder de decisão, responsabilizando estes elementos e atribuindo-lhes a autonomia necessária para procurar, pela sua própria iniciativa, a resolução dos problemas identificados.

Os Agentes de Proximidade são divididos em dois tipos de equipas: as EPAV e as EPES. Apesar de ambas serem importantes para o policiamento de proximidade, apenas abordaremos as EPAV, pois são estas que trabalham junto da população idosa, nomeadamente ao serviço do Programa Idosos em Segurança.

Os elementos das EPAV são responsáveis por fazer prevenção e vigilância dos sectores que lhes são atribuídos pelo Gestor Local do Programa⁷, e têm a missão de vigiar zonas comerciais e zonas residenciais habitadas sobretudo por idosos, prevenir casos de violência doméstica, dar apoio a vítimas de crime e fazer o respectivo acompanhamento, identificar os problemas que afectam o sentimento de segurança da comunidade e detectar cifras negras. Esta distribuição dos elementos é considerada em permanência (por um período mínimo de 2 anos) pois deste modo, os Agentes de Proximidade conseguem ter a percepção dos problemas que afectam a comunidade a que estão adstritos e, ao mesmo

⁴ “Crimes de rua” – Roubos por esticção; roubos com arma branca ou de fogo; furtos por carteirista; furtos no interior de veículos; furtos de veículos; furtos no interior de estabelecimentos, in Objectivos Operacionais, al. b) da Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio

⁵ “Grupos de risco” – Menores; idosos; mulheres; deficientes; vítimas de crimes violentos, in Objectivos Operacionais, al. c) da Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio

⁶ Vide Anexo 3 – Estrutura do MIPP

⁷ Vide Anexo 4 – Esquema exemplificativo da distribuição por sectores

tempo, desenvolvem contactos junto das entidades responsáveis para a atingir as soluções desejadas. Também exercem maior proximidade junto dos cidadãos e, através das boas práticas instituídas na PSP, melhoram a imagem da instituição.

São estes os elementos que, como já foi referido anteriormente, actuam junto da população idosa. Esta fracção da sociedade é considerada como um “grupo de risco”⁸ e para fazer frente ao seu crescente sentimento de insegurança, o poder político decidiu implementar um conjunto de procedimentos que direccionasse a actuação policial para junto desta população, através do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança.

1.6.2. Programa Especial Apoio 65 – Idosos em Segurança

Os idosos são considerados como um dos grupos sociais que apresenta maiores índices de sentimento de insegurança e, como tal, são visados pelas políticas governamentais que pretendem a aproximação da polícia junto destes grupos especialmente vulneráveis.

No âmbito do Programa do XIII Governo Constitucional, o MAI criou o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, através do Despacho n.º 54/96, de 21 de Outubro.

Este programa visa a garantia da segurança e da tranquilidade das pessoas idosas, através do reforço das relações entre a PSP e a GNR com os mesmos, criando assim maior sentimento de confiança para com estas FS; através da prática de um policiamento direccionado para as áreas públicas frequentadas habitualmente por idosos; desenvolvimento de parcerias com entidades públicas ou privadas, que prestem apoio a estes membros da comunidade e ao mesmo tempo, colaborem para a redução do sentimento de insegurança dos mesmos; e também o aperfeiçoamento do processo de comunicação entre os idosos e as forças de segurança, tornando-o mais célere e acessível.

Pretende-se que os idosos se sintam apoiados pelas FS, quando muitas vezes nem o são pelos seus próprios familiares. Deste apoio resulta maior confiança dos idosos para com a PSP e GNR, reforçando o seu sentimento de segurança e diminuindo o número de cifras negras. As cifras negras surgem porque em muitos casos, os idosos são vítimas de crimes mas como se conformam, assumem que ninguém estará interessado nos seus problemas e não têm quem os apoie, não apresentam as respectivas queixas. Como tal, o

⁸ Assumimos como grupo de risco, todo e qualquer grupo de pessoas que detenham características que as tornam mais vulneráveis à prática de crimes.

registo de crimes praticados contra os mesmos difere em larga escala dos valores reais associados a este fenómeno (QUARESMA, 2012:13).

Em relação às parcerias com entidades que possam melhorar o sentimento de segurança dos idosos, de referir o trabalho realizado em relação à melhoria dos meios de comunicação directa entre o idoso e as FS. Procura-se facilitar esta comunicação, através da implementação de protocolos que permitam a criação de sistemas de chamadas directas entre os idosos e as FS ou até mesmo com hospitais e os bombeiros da área. Esta medida visa reduzir a distância que existe na ligação do idoso para aqueles que o podem ajudar, visto que um dos maiores problemas que assola a população idosa é o isolamento a que estão sujeitos e com o qual se conformam.

Também as acções de sensibilização contribuem neste aspecto, pois através da divulgação de procedimentos de segurança a adoptar pelos idosos, como manter os contactos da FS sempre disponíveis, permitem uma intervenção rápida em casos de emergência. A distribuição de folhetos informativos junto desta população complementa esta divulgação de informações de segurança⁹.

Este Programa foi criado antes da aplicação da DE n.º 10/2006 e era aplicado de uma forma pouco objectiva. Com as novas orientações da Directiva, procurou-se direccionar os recursos que estavam afectos ao Programa, delineando objectivos estratégicos e operacionais e também apostando na formação dos elementos policiais, principalmente os que integram as EPAV.

Apesar do trabalho realizado por estas equipas, no ano de 2011 foi registado um elevado número de mortes de idosos sem assistência médica, em que muitos destes casos eram pessoas que viviam isoladas e que não existia qualquer acompanhamento da PSP nesse sentido. Tal facto, aliado à forte divulgação destes casos por parte dos *media*, levou ao desenvolvimento da Directiva Operacional n.º 10/2012, de 24 de Maio, que vem implementar o projecto “A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos”.

⁹ Vide Anexo 5,6 e 7 – Exemplo de folheto informativo

1.6.3. Directiva Operacional n.º 10/2012 – A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos

No ano que se celebra o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações, que vem destacar a necessidade de integrar o idoso na sociedade e não permitir a exclusão social do mesmo¹⁰, a PSP emana a DO n.º 10/2012, de 24 de Maio, que visa melhorar procedimentos policiais junto da população idosa e fazer frente a diversos problemas que afectam esta parte da comunidade através do seu projecto “A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos”.

Este projecto é implementado junto do pessoal que exerce funções no âmbito do MIPP, mais especificamente, junto das EPAV. Pretende-se reforçar os procedimentos aplicados por estes elementos em relação à população sénior, pois esta sofreu uma evolução demográfica nos últimos anos (passando de 16,35% da população total em 2001 para 19,03% em 2011, segundo dados dos Censos 2011¹¹) e ao mesmo tempo aumentaram o número de casos de idosos a residir sozinhos ou acompanhados exclusivamente por pessoas também com idade igual ou superior a 65 anos (segundo dados obtidos nos resultados Pré-definitivos dos Censos 2011¹²).

Como tal, esta DO vem determinar que se faça o registo do número de idosos que residam na área da responsabilidade da PSP, sinalizando aqueles que vivam sozinhos ou na companhia exclusiva de outros idosos e que configurem situações de risco. Esta sinalização, realizada nos casos que apresentem necessidades primárias de saúde e sociais, é o ponto de partida para o encaminhamento dessas situações para entidades competentes e que trabalhem em parceria com a PSP. Apesar deste trabalho, esta DO vêm relembrar um dos pontos da DE n.º 10/2006, o qual menciona que esta actividade não pode ser percebida como assistencialista nem visa substituir o trabalho realizado pelas entidades competentes que desenvolvem actividades de apoio social ou até de serviços médicos. A sinalização é importante para se poderem activar os meios capazes de regularizar as situações de risco, devendo os elementos acompanhar o desenvolvimento de todo o processo e interferindo quando necessário, até a solução final.

¹⁰ Conforme Art. 2.º da Decisão n.º 940/2011/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Setembro de 2011

¹¹ Vide Anexo 8 – Figura sobre a evolução demográfica dos idosos em Portugal

¹² Vide Anexo 9 – Gráfico com a percentagem da população idosa que vive sozinha ou exclusivamente com pessoas com 65 ou mais anos

Duas medidas que visam a melhoria do sentimento de segurança, que já eram aplicadas no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança e nesta DO novamente realçadas, são a realização de actividades de carácter lúdico e pedagógico, como acções de sensibilização, que facilitem a integração dos idosos na sociedade ao mesmo tempo que lhes dão conselhos para a sua segurança; e o intensificar do policiamento de proximidade junto de áreas que apresentem um elevado registo de práticas criminais contra idosos e também junto de áreas normalmente frequentadas por grandes grupos destes. Como já foi anteriormente referido, é objectivo desta investigação perceber se a aplicação deste tipo de directrizes aumenta o sentimento de segurança da população idosa.

Esta DO é uma resposta da PSP à actual necessidade de maior intervenção junto da população sénior, pois esta apresenta tendências para aumentar a sua densidade demográfica¹³ e como tal, aumenta também o número de situações que necessitam de acompanhamento por parte de todas as entidades que possam contribuir para o bem-estar destes cidadãos na comunidade.

1.7. Conclusão capitular

A noção de Segurança foi evoluindo ao longo dos tempos, resultado de variadas alterações políticas, filosóficas e sociais. Se a determinada altura se valorizava a segurança do Estado em detrimento da segurança humana, actualmente a filosofia contrária é a que vigora e a que apresenta maior número de defensores. Com o evoluir do conceito de Segurança, também os organismos que a regulam necessitam de evoluir e adaptar-se a ele. Um dos conceitos que tem tido maior relevância dentro do estudo da Segurança, é o conceito de sentimento de insegurança. A preocupação relacionada com a emergência deste conceito propiciou o desenvolvimento de diversas investigações que procuraram compreendê-lo, analisá-lo e por fim desenvolver teorias e indicações que permitam o seu combate e efectiva redução.

Este combate faz parte dos objectivos operacionais das polícias modernas, cientes dos problemas que assolam as comunidades que protegem. Tal como o conceito de Segurança evoluiu, também o posicionamento filosófico das Polícias foi sendo alterado e adaptado à realidade de cada nação. Actualmente privilegia-se uma actuação preventiva e

¹³ Conforme os dados obtidos pelas projecções de população residente em Portugal entre 2000-2050, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística

de proximidade com a população, com vista a reduzir o seu sentimento de insegurança, combate aos seus problemas e, em sintonia, a criminalidade que a atinge. Em Portugal, esta actuação preventiva é aplicada pelas forças de segurança que lidam com os problemas da comunidade: PSP e GNR.

No caso da PSP, o policiamento de proximidade é regulamentado pela DE n.º 10/2006 que implementou o MIPP e que criou um modelo de policiamento com objectivos bem definidos, direccionando a sua actuação para uma maior proximidade com o cidadão e, principalmente, para um maior contacto com os considerados grupos de risco, como por exemplo, os jovens, os idosos, as vítimas de violência doméstica e os deficientes. Para o nosso estudo é importante compreender todas estas evoluções pois iremos analisar a actuação policial junto de um desses grupos de risco, os idosos.

Capítulo 2 – O idoso

O enquadramento temático realizado no capítulo anterior permitiu demonstrar os motivos que levaram a PSP a adoptar, na actualidade, um policiamento de proximidade dirigido para a comunidade e que procura, através da cooperação com a mesma, combater a criminalidade e outros problemas que a afectam. Um dos grupos que necessita de maior atenção por parte dos elementos policiais que realizam policiamento de proximidade, nomeadamente os elementos das EPAV, é o da população idosa.

A população idosa representa na actualidade cerca de 19% da população nacional¹⁴ e projecções feitas pelo INE prevêem o seu aumento percentual¹⁵.

Este grupo é considerado de risco e, como tal, existe uma grande preocupação por parte da tutela, como já anteriormente referido, em desenvolver programas que promovam o reforço da sua segurança e garantam a integração social e o bem-estar destes. De forma a podermos perceber quais os motivos que contribuem para a definição da população idosa enquanto grupo de risco, propomo-nos a realizar neste capítulo uma breve caracterização do idoso, onde abordaremos o conceito de idoso e qual a sua posição na sociedade; as vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais que, geralmente, lhe estão inerentes como resultado do envelhecimento; enquadrá-lo enquanto vítima criminal e enumerar quais os tipos de crime mais praticados contra ele.

2.1. Caracterização do idoso

Para se traçar a caracterização do idoso, há que atentar a diversos factores como o momento histórico em que ele é enquadrado ou até a sociedade em que está inserido. Se, em tempos passados, o idoso era considerado como um sábio, um guia sensato e experiente, e assumia na comunidade um importante papel de liderança (como por exemplo, nos casos das tribos indígenas norte-americanas ou os mestres na cultura oriental japonesa), actualmente a sua posição é mais fragilizada. Na sociedade actual, os idosos são muitas vezes vistos como membros incapazes de contribuir para a comunidade e como tal, são desprezados e excluídos, muitas vezes pelas próprias famílias. Torna-se então dever

¹⁴ Vide Anexo 8

¹⁵ Vide Anexo 9

das instâncias governamentais de estabelecer políticas que visem combater esta exclusão, através da reintegração do idoso na sociedade, atribuindo-lhe um papel activo.

Aliadas a estas características sociais que nos permitem caracterizar um idoso, encontramos as características psicológicas e físicas. Destas últimas (físicas), uma das mais relevantes para se poder estudar o idoso, devido à importância que tem na definição do objecto de estudo, é a idade.

Não existe uma consonância no mundo académico sobre qual o patamar etário em que se pode considerar uma pessoa como idosa. Se para alguns, idoso é aquele que apresenta idade igual ou superior a 65 anos, outros autores defendem que a fixação de uma idade como linha de separação entre quem é ou não idoso, não é a mais correcta em função do paradigma actual da sociedade. Para Luísa Pimentel (2001), José Moniz (2003) e Ana Rocha (2007), a utilização do marco dos 65 anos para definir uma pessoa como idosa, está a tornar-se desactualizada e desadequada para responder às necessidades em caracterizar esta fracção da população. Apesar disso, e seguindo a linha de interpretação da OMS, que sustenta que todo o indivíduo com 65 ou mais anos de idade é um idoso, independentemente de outras características (PÁSCOA, 2008:31), adoptaremos para a nossa investigação o patamar dos 65 anos ou superior, pois grande parte dos estudos realizados junto desta população, como são exemplo os Censos do INE¹⁶, regem-se por estes valores e, assim, poderemos obter uma elevada congruência na análise de dados obtidos sobre esta matéria. Também as directivas emanadas pela PSP, como por exemplo a Directiva nº 10/2012, referem os idosos como sendo a população com idade superior a 65 anos de idade.

Assim sendo idoso é qualquer pessoa do sexo masculino ou feminino que apresente uma idade igual ou superior a 65 anos. Apesar desta característica comum, não podemos afirmar que todos os idosos são iguais, visto que cada um atravessa diferentes experiências ao longo da sua vida, moldando a sua maneira de ser e de agir, sendo como tal, único (PIMENTEL, 2001:63). Este facto consolida a ideia que definir os idosos enquanto grupo não será um processo simples. As características que eles apresentam não são determinadas pelo envelhecimento, pois “apesar de o envelhecimento humano ser aceite como algo que ocorre de forma universal, ainda não existe um consenso sobre a natureza e as características do ciclo da velhice” (OSÓRIO, 2007:185).

¹⁶ Vide Anexos 8 e 10

Como tal, na nossa investigação não realizaremos um estudo aprofundado sobre as características físicas, psicológicas e sociais do idoso, pois não seria pertinente para o seu sucesso. Apenas abordaremos algumas delas enquanto vulnerabilidades que condicionam o risco a que os idosos estão sujeitos.

2.2. Vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais

Para podermos compreender quais os motivos que contribuem para que os idosos estejam sujeitos a um superior número de riscos em comparação com a maioria da população e, ao mesmo tempo, sejam incapazes de os combater, temos que analisar as suas características e perceber quais destas se qualificam como vulnerabilidades. Dividiremos estas vulnerabilidades em três categorias: físicas; psicológicas; e sociais.

As vulnerabilidades físicas, embora não existam da mesma forma ou até com o mesmo grau de incapacitação entre todos os idosos, são uma consequência expectável do envelhecimento. Apesar de todos os seres humanos estarem sujeitos ao processo de envelhecimento, este não origina as mesmas características em cada um, pois ao longo da sua vida, cada indivíduo está sujeito a diferentes ambientes, alimentação e estilos de vida (FERNANDES, 2007:13). Como tal, não é possível definir um conjunto de características físicas absolutas para todos os idosos.

Apesar disto, é aceite por vários estudos (COSTA, 2002; ROCHA, 2007; SIMÃO, 2009; FERNANDES, 2010) que o envelhecimento implica a perda de capacidades motoras, traduzindo-se em dificuldades locomotoras, perda de força muscular, de flexibilidade e de elasticidade. A própria composição do corpo está na origem destes problemas devido à perda da massa magra muscular, aumento da percentagem de gordura prejudicial e diminuição da percentagem de água no corpo (SOUSA, 2004:22).

Em conjugação com estas dificuldades motoras, inicia-se a diminuição das capacidades sensoriais, nomeadamente a audição, a visão, o tacto, o paladar e o olfacto, sendo que serão as capacidades auditivas e visuais as mais afectadas e aquelas que trazem o maior número de problemas aos idosos (FERNANDES, 2010:27).

Estas características físicas que são apresentadas por uma grande parte da população sénior, mas reforçando a ideia que não o serão por todos nem da mesma forma entre os que as possuem, transformam-se em vulnerabilidades quando enquadrámos o idoso como vítima criminal. Os prevaricadores reconhecem este tipo de características e sabem que aqueles que as apresentam não oferecem resistência suficiente para os impedir

de cometer o crime (muitos nem chegam a ter capacidade de reacção). Os idosos são aquilo que se pode considerar como um “alvo fácil”. Se considerarmos os crimes de roubo por esticção ou outros que impliquem ofensas à integridade física, percebemos que um idoso não apresenta (na grande maioria dos casos) capacidades para se defender. Pelo contrário, o criminoso dispõe de capacidades motoras muito superiores às da vítima, tal como previu quando a escolheu para praticar o crime. Por exemplo, num roubo por esticção, a partir do momento que o criminoso obtém o bem patrimonial, enceta a sua fuga e o idoso não o consegue acompanhar, ou então nos reconhecidos casos de violência doméstica. Nestes últimos, o idoso encontra-se muitas vezes sob a dependência do próprio agressor e em muitos desses casos, conforme o Manual Alcipe – Para o Atendimento de mulheres vítimas de violência (2010:21), existem laços afectivos entre a vítima e o agressor pois em cerca de 70% dos casos, o agressor é filho(a) ou cônjuge/parceiro(a) da vítima.

Para além das características que se apresentam como vulnerabilidades físicas, a generalidade dos idosos apresentam algumas que consideramos como vulnerabilidades psicológicas.

Algumas destas, segundo Rui Porta-Nova, são: a “lentificação psicomotora”; a diminuição da memória a curto prazo; modificação do processamento da informação; incapacidade de pensamentos concretos e desprovidos de abstracção; a rejeição de ideias novas ou diferentes; e dificuldades em resolver problemas ou tomar decisões (PORTA-NOVA, 2003:73).

A “lentificação psicomotora” está normalmente associada à cinestesia¹⁷ e, em conjunto com os supramencionados problemas locomotores, proporcionam ao idoso inúmeras dificuldades em movimentar-se e em reagir ao mundo que o rodeia.

A diminuição da memória a curto prazo traduz-se na dificuldade em recordar informação recolhida recentemente e será sobretudo esta, e não a memória a longo prazo, que se provou ser afectada pelo envelhecimento (FONSECA, 2004:148).

Estas características psicológicas do idoso assumem-se como vulnerabilidades pois impedem-no de exercer um pensamento lógico e consciente. Tal facto é conhecido pelos indivíduos que praticam burlas e que através de um reconhecimento prévio do alvo que vão burlar, exercem controlo sobre a debilidade cognitiva do mesmo e acabam por os conseguir ludibriar.

¹⁷ Cinestesia – Percepção dos membros e do movimento do próprio corpo

Por último, os idosos apresentam também vulnerabilidades a nível social. Para o nosso estudo apenas iremos analisar o isolamento a que muitos idosos estão sujeitos e que consideramos como a maior vulnerabilidade que estes têm a nível social.

É importante para a nossa investigação traçar a diferença entre o isolamento e a solidão, pois são conceitos diferentes mas poderiam suscitar dúvidas. O isolamento caracteriza-se por ser algo objectivo enquanto a solidão será um sentimento subjectivo. Um idoso que se sente só, não é necessariamente um idoso isolado, já que “a solidão é uma condição emocional, inerente à disposição biológica do homem, que faz com que haja uma tendência para manter a proximidade de outros e evitar o isolamento, aumentando o sentido de segurança e identidade pessoal” (PAÚL, 1991:108). A solidão é, assim, um sentimento que pode estar relacionado com problemas ao nível afectivo, por falta de relações interpessoais, derivadas ao isolamento, ou simplesmente pelo facto de as únicas relações sociais que o idoso pode ter, não são as que ele pretende. Como podemos perceber, o isolamento poderá estar na origem deste sentimento de solidão mas não é uma condição necessária para tal.

O isolamento é importante para o nosso estudo porque é um factor que, em conjugação com outros, cria muitos problemas aos idosos e contribui para que se possa atestar o grau de risco a que esta fracção da população está sujeita. Se tomarmos em consideração os problemas físicos e psicológicos referidos anteriormente, facilmente percebemos que se juntarmos o isolamento a estes, estaremos perante uma clara situação de risco de um idoso. Apesar disto, não existem dados que provem que apenas o isolamento, como única vulnerabilidade de um idoso, possa configurar uma situação de risco. Da nossa própria experiência prática constatamos tal facto, pois tivemos a oportunidade de conhecer idosos que vivem isolados do resto da sociedade, são completamente autónomos e não representavam uma situação de risco.

Nas situações detectadas em que existe isolamento e risco associado ao idoso, torna-se necessário movimentar recursos para combater tal facto. Nos casos que sejam assinalados pela PSP, deve-se encaminhar a situação para os parceiros competentes e fazer um acompanhamento da situação, tal como refere a DO n.º 10/2012. Estas medidas foram criadas como resposta ao elevado número de idosos que falecem em suas casas e só são detectados passado um grande hiato temporal. Apesar de estes casos demonstrarem o isolamento a que muitos idosos estão sujeitos, alguns deles representam especificamente situações de abandono familiar, em que os idosos já apresentam problemas de locomoção,

visão ou de qualquer outro tipo que o impeça de ter a autonomia necessária para viver sozinho, e são deixados desamparados pela família mais próxima, como os filhos ou netos. Os valores de abandono atingiram níveis tão elevados que o Governo pretende implementar medidas que responsabilizem as famílias que abandonam os idosos nos hospitais, lares ou até na própria casa¹⁸.

No ano 2011, segundo os dados provisórios dos Censos desse ano¹⁹, do total da população idosa (com 65 ou mais anos) em Portugal, 19,8% vive sozinha e 39,8% vive exclusivamente com indivíduos com 65 ou mais anos. Não podemos afirmar com segurança que estes números reflectem a quantidade de idosos que vivem em isolamento em Portugal, mas podemos afirmar que estes idosos apresentam, na generalidade, maiores problemas a nível de sentimento de insegurança quando comparados com idosos que vivem integradas no seio das suas famílias ou até em instituições com competências para acolher idosos, pois “o isolamento é um dos factores que acarreta mais sentimento de insegurança para os idosos” (SIMÃO, 2009:33). Ao mesmo tempo, o isolamento afasta o idoso da sociedade e dificulta a detecção dos problemas que ele possa ter. Em muitos dos casos que são detectados, os idosos vivem em condições desumanas e sem as mínimas condições de higiene, devido à sua própria negligência ou simplesmente porque não têm capacidades físicas para se deslocarem, a fim de procederem a limpezas ou realizarem as suas necessidades fisiológicas²⁰.

Como podemos perceber ao longo deste subcapítulo, os idosos apresentam várias características físicas, psicológicas e sociais que consideramos como vulnerabilidades, na medida em que elas os tornam menos capazes de resistir a condutas que visem a prática de crimes e, como tal, justificam a aplicação do termo “grupo de risco”.

2.3. O idoso enquanto vítima criminal

Poucos são os estudos em Portugal que abordam o idoso enquanto vítima de crimes, preferindo normalmente analisar apenas a componente do sentimento de insegurança que lhe é inerente. Na nossa investigação, optamos por fazer uma breve abordagem a este tema

¹⁸ Fonte: Jornal de Notícias (online), “Governo vai responsabilizar famílias que abandonem idoso em lares ou hospitais”, consultado a 14 de Novembro de 2012, em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=2881733&page=1

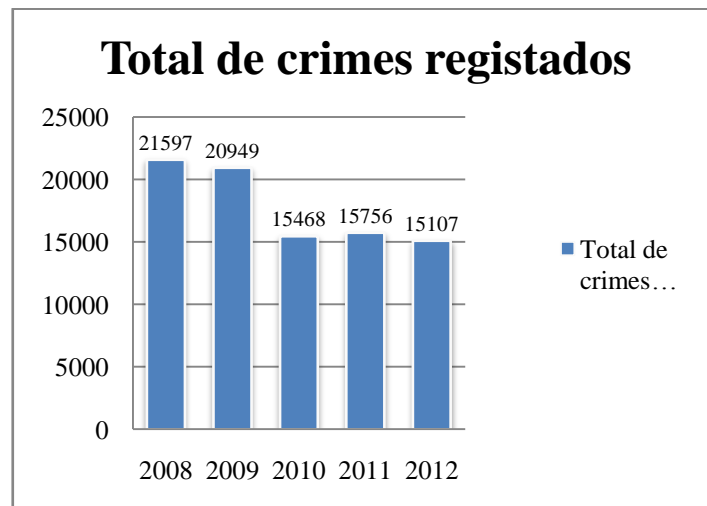
¹⁹ Vide Anexo 10

²⁰ Vide Anexo 11

pois achamos pertinente perceber se realmente existe uma crescente evolução do nível de crimes praticados contra a população com idade igual ou superior a 65 anos, como pode suscitar o elevado número de notícias divulgadas pelos *media*. Esta análise da evolução criminal apresenta algumas limitações, visto que não foi possível obter dados sobre o registo de ocorrências feitos por outras entidades policiais além da PSP. Como tal, os dados utilizados serão apenas os fornecidos pelo Departamento de Informações Policiais da PSP, não reflectindo a totalidade dos crimes praticados contra idosos a nível nacional. Apesar deste facto, o estudo dos mesmos não deixa de se revelar pertinente para a nossa investigação. Também iremos demonstrar quais os tipos de crime que mais afectam esta população, discriminando os dez crimes mais praticados contra idosos, registados estatisticamente no SEI²¹.

A percentagem de população idosa em Portugal tem aumentado nos últimos anos, tal como demonstram os dados obtidos pelo INE²². Contudo, e contra aquilo que seria expectável, o número de crimes registados contra os mesmos tem diminuído. Estes valores representam o total de crimes que foram registados junto da PSP desde o ano 2008 até ao ano 2012.

Figura 1 – Evolução da criminalidade registada pela PSP contra pessoas com idade igual ou superior a 65 anos



Fonte: Departamento de Informações Policiais, DN PSP (elaboração própria)

Como podemos observar, apesar do número de idosos ter aumentado, em números absolutos, os registos de índices criminais que lhes estão associados baixaram,

²¹ SEI – Plataforma tecnológica de registo online de ocorrências, utilizada pela PSP.

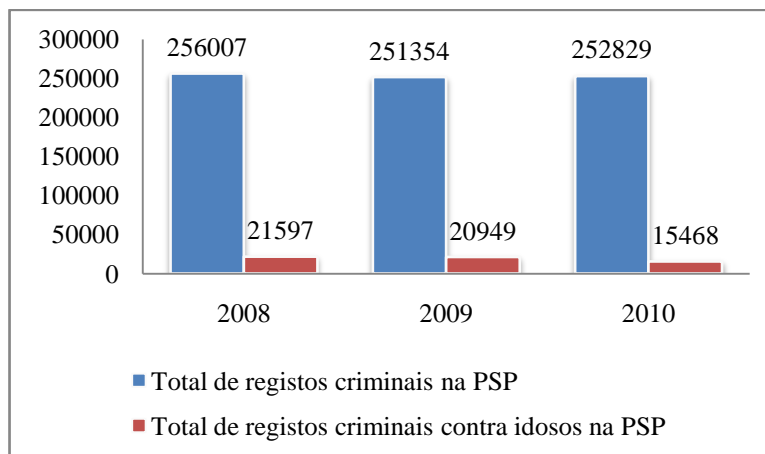
²² Vide Anexo 8

apresentando apenas uma ligeira subida de aproximadamente 1,9% (288) dos casos reportados entre o ano de 2009 e 2010.

Analizados os dados da evolução criminal contra idosos ao longo dos últimos anos, entendemos ser pertinente realizar uma comparação entre estes valores e os valores da criminalidade total nacional registada na PSP, de forma a percebermos o impacto que o crime contra a população sénior tem ao nível estatístico criminal nacional.

Os dados sobre os registos criminais totais a nível nacional foram obtidos junto da DGPJ²³ e, para haver uma uniformidade no método de análise, apenas iremos utilizar os dados que reflectem os registos criminais realizados pela PSP entre os anos 2008 e 2010²⁴.

Figura 2 – Comparação do total de crimes e o total de crimes contra idosos registados na PSP



Fonte: Departamento de Informações Policiais, DN PSP (elaboração própria)

Comparados os valores, podemos constatar que os crimes contra idosos representam uma pequena percentagem do total de crimes registados (em 2008 representaram 8,4%; em 2009 diminuíram ligeiramente para os 8,3%; e em 2010 apenas 6,1%).

A grande dificuldade na análise de valores associados à criminalidade contra idosos, prende-se sobretudo com a possível existência de cifras negras²⁵ na contabilidade dos crimes praticados. Muitos idosos não chegam a denunciar os crimes de que são vítimas, devido à sua fraca mobilidade (dificuldades em dirigir-se à esquadra para fazer a denúncia), vergonha (por exemplo, nos casos de burla), medo de represálias ou porque o

²³ Vide Anexo 12

²⁴ Os dados referentes ao ano 2011 ainda não se encontravam organizados pela DGPJ à data da realização deste estudo.

²⁵ Cifras negras – representam crimes praticados mas que nunca chegam a ser denunciados, logo não existe registo dos mesmos.

agressor é a única pessoa que ainda tem contacto com o idoso e este tem receio de ficar sozinho (casos de violência doméstica ou maus-tratos).

Quanto ao tipo de crimes praticados contra idosos, optámos por avaliar quais os dez crimes que apresentavam maior número de registos no ano de 2012 e qual a sua percentagem representativa no total da criminalidade praticada nesse ano contra a população idosa.

Podemos perceber que o crime de furto, e utilizando aqui apenas os valores respeitantes às dez notações estatísticas seleccionadas (pois existem mais registos estatísticos que contribuirão para o aumento deste valor), é aquele com maior representatividade com cerca de 39% entre todos os crimes praticados.

De realçar também a presença nesta lista de três crimes que implicam o uso da violência e da coacção sobre a vítima, nomeadamente o roubo por esticção, a ofensa à integridade física voluntária simples e o roubo a pessoas na via pública (excepto esticção). Estas três formas de crime perfazem cerca de 20% de toda a criminalidade praticada contra idosos no ano de 2012.

Figura 3 – Crimes mais praticados contra idosos em 2012

Notação Estatística SEI	Nº de crimes	%*
Furto em residência c/arrombamento, escal. ou chaves falsas	1776	11,8
Furto por carteirista	1580	10,5
Roubo por esticção	1576	10,4
Furto em veículo motorizado	957	6,3
Ofensa à integridade física voluntária simples	852	5,6
Furto de veículo motorizado	819	5,4
Furto em residência s/arrombamento, escal. ou chaves falsas	757	5,0
Outro dano	642	4,3
Outras burlas	623	4,1
Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	585	3,9
TOTAL	10167	67,3

* Percentagem dos valores em relação ao total de crimes contra idosos registados em 2012 (15107) pela PSP, arredondado a 1 casa decimal.

Fonte: Departamento de Informações Policiais, DN PSP (elaboração própria)

Todas estas análises criminais demonstram que a criminalidade contra idosos tem diminuído ao longo dos últimos anos, a par da criminalidade geral, ao contrário daquilo que seria de prever devido à crescente percentagem de idosos na população nacional. Para além deste facto, conseguimos perceber que os idosos sofrem mais crimes contra a propriedade (furto/roubo) que contra a integridade física.

2.4. O idoso e o sentimento de insegurança

Como já anteriormente foi referido, os idosos são uma das fracções da sociedade que mais sentimento de insegurança apresenta, pois “subsiste nas idades mais avançadas um sentimento de insegurança tendencialmente maior, quando comparado com outras idades mais jovens” (GUERRA, 2006:3).

De forma a percebermos a origem deste sentimento de insegurança, temos que apontar os factores que contribuem para tal. Consideramos como mais importantes e como os que mais influenciam o sentimento de insegurança dos idosos, a criminalidade de massa, as incivildades, o isolamento e os *media*. Apesar de reconhecermos estes factores como criadores de sentimento de insegurança e de considerarmos pertinente o estudo desta influência, não é objectivo da nossa investigação realizar uma análise aprofundada sobre cada um.

Em relação à criminalidade de massa, é necessário em primeiro lugar estabelecer uma definição para a mesma. Assim sendo, e corroborando o definido na nota preambular do Relatório Anual de 2004 da PSP, consideramos a criminalidade de massa como a criminalidade associada aos tipos de crime cometidos mais frequentemente e em que é possível identificar a vítima sem dificuldades. Este tipo de criminalidade apresenta grande influência no sentimento de insegurança dos cidadãos pois é aquele que tem uma vítima bem identificada e direcciona as suas acções contra a mesma (GUINOTE, 2009:127).

Dos crimes normalmente associados a este tipo de criminalidade, como por exemplo o furto, o roubo, o dano ou as agressões (GUINOTE, 2009:126), conseguimos estabelecer uma ligação aos crimes mais praticados contra idosos²⁶, e é possível perceber a influência da criminalidade de massa no sentimento de insegurança da população idosa.

Outro factor influenciador no sentimento de insegurança dos idosos é a existência de incivildades.

Como referimos anteriormente quando abordamos o conceito de sentimento de insegurança, as incivildades são pequenos actos que vêm influenciar a maneira como os cidadãos percebem a sua área. São normalmente associados a comportamentos desviantes, os quais criam na população um sentimento de mau estar e desconfiança constante, e culminam na alteração dos comportamentos das pessoas.

²⁶ Vide Figura 3

Os idosos, pelas vulnerabilidades já anteriormente referidas, sofrem de uma forma especial, influência às incivildades, sobretudo aquelas que configuram situações de toxicodependência, vandalismo, grupos de jovens ruidosos ou o consumo de álcool na via pública. O factor das incivildades está, muitas vezes, intimamente ligado com o factor da criminalidade pois, tal como os idosos sentem medo de serem vítimas de roubo enquanto circulam na via pública, o facto de presenciarem ajuntamentos de jovens ruidosos, sob a perspectiva do idoso, há uma grande probabilidade desse grupo perpetrar algum crime contra o mesmo. Este sentimento conduz, em alguns casos, a outro factor de insegurança: o isolamento.

O isolamento é um grave problema associado à população idosa. Quando o idoso se encontra isolado do resto da sociedade, e muitas vezes até da própria família, existe uma tendência para se sentir inseguro pois assume que a qualquer altura pode-lhe acontecer algum imprevisto e ele reconhece que não possui as capacidades para responder ao problema e, em alguns casos, não tem outra pessoa a quem possa recorrer. O isolamento é um factor que influencia sobretudo a população idosa e é este, em conjunto com outros factores, que contribui para o elevado sentimento de insegurança da comunidade sénior.

A influência dos *media* no sentimento de insegurança dos idosos é outro dos vários factores por nós mencionado e que consideramos importante para o estudo do mesmo. Se fizermos uma conexão mental entre os factores já mencionados, conseguimos perceber uma ligação entre os mesmos. O crime e as incivildades criam medo ao idoso e ele prefere isolar-se na sua habitação, sendo a televisão ou o rádio, o único contacto que este tem com o mundo. Se associarmos a propensão de divulgação de notícias chocantes por parte da comunicação social à vulnerabilidade psicológica que muitos idosos apresentam, facilmente encontraremos neste um elevado sentimento de insegurança. O sentimento de insegurança não é produzido imediatamente mas surge da constante apresentação de notícias chocantes (GUINOTE, 2006:44), criando no idoso, uma imagem de sociedade caótica onde o crime impera e não há segurança nas ruas.

Porque consideramos importante o estudo destas componentes, definimos alguns pontos nos nossos questionários que visassem perceber de que forma estes factores influenciavam os idosos sinalizados.

2.5. Conclusão capitular

Os idosos correspondem, actualmente, a cerca de um quinto da população nacional e apresentam tendências em aumentar o seu número. Detêm características que os distinguem do resto da sociedade e são muitas dessas características que os tornam um alvo para quem pratica crimes, pois deixam-nos vulneráveis, fisicamente, psicologicamente e socialmente. É necessário compreender e analisar estas características para melhor podermos definir o modo de actuação das forças policiais junto dos mesmos.

O estudo dos problemas que os afectam, permite a afectação de recursos humanos e materiais no combate às situações que os possam tornar vítimas ou mesmo contribuir para um forte sentimento de insegurança desta população já naturalmente fragilizada e propícia ao sofrimento.

Também analisamos alguns factores que consideramos como os mais importantes na criação do sentimento de insegurança dos idosos, como a criminalidade de massa, as incivilidades, o isolamento e os *media*.

Só através do contacto directo e, sobretudo, constante com estas pessoas é que se consegue perceber a extensão dos seus problemas e procurar resolvê-los, quer através do policiamento de proximidade praticado pela PSP, quer através das parcerias criadas com entidades competentes e com capacidade para o fazer.

Capítulo 3 - Metodologia, apresentação e análise de resultados

O presente capítulo tem como objectivo realizar a apresentação da metodologia aplicada na nossa investigação, proceder à divulgação dos resultados obtidos e a consequente análise dos mesmos.

3.1. Metodologia

A metodologia utilizada na nossa investigação baseou-se no processo de análise documental, na aplicação de inquéritos por questionários e na observação directa não participante.

Em relação à análise documental, direccionamos a nossa investigação sobretudo para a análise de documentação interna da PSP, incidindo principalmente sobre a DE n.º 10/2006 e a DO n.º 10/2012, dois documentos essenciais para o estudo do policiamento junto dos idosos.

A aplicação de inquéritos por questionários caracteriza-se por ser um método quantitativo e que permite a obtenção de resultados objectivos. A sua utilização tinha como finalidade, auxiliar na obtenção das respostas pretendidas para as nossas hipóteses.

Desenvolvemos dois tipos de questionários, na medida em que não foi possível obter instrumentos de investigação cientificamente validados e capazes de dar resposta às necessidades do nosso estudo. Apesar de não terem sido submetidos a validação, pois tal implicaria despesas financeiras incomportáveis por nós, os questionários desenvolvidos apresentam todas as capacidades para auxiliar o nosso estudo. Para o estudo da população idosa, foram elaborados e aplicados cinco questionários pré-teste, que possibilitaram a realização de importantes alterações, aperfeiçoando assim a sua qualidade e fidelidade na demonstração de resultados. Em relação aos seus alvos de estudo, um dos questionários foi aplicado aos elementos policiais das EPAV²⁷, e o outro foi dirigido à população idosa que estivesse sinalizada por estas equipas²⁸.

O questionário dirigido aos elementos policiais teve como universo de estudo as equipas pertencentes às esquadras genéricas de Agualva-Cacém (66ª Esquadra), Queluz

²⁷ Vide Anexo 19

²⁸ Vide Anexo 17

(62ª Esquadra) e Rio de Mouro (89ª Esquadra). Estes foram os elementos visados pois são eles que trabalham directamente e com mais regularidade com a população idosa, sobretudo com a que se encontra sinalizada por configurar situação de risco. Estava prevista a realização destes questionários a dezasseis elementos das EPAV, representando o número total de elementos pertencentes às três esquadras visadas pela investigação, que exercem funções neste serviço. Apesar disso, devido a questões que nos ultrapassam, não houve possibilidade de aplicar questionários a três elementos. Foram realizados treze, o que perfaz cerca de 81,25% da amostra pretendida inicialmente, garantindo ainda valores muito aceitáveis para o nosso estudo.

O questionário aplicado à população idosa definia como universo de estudo, os idosos sinalizados residentes nas áreas policiais correspondentes às esquadras de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro. Este questionário visava perceber o impacto da aplicação de medidas determinadas pela DO nº 10/2012 no combate do sentimento de insegurança da população idosa e obter informações que possam contribuir para melhorar o serviço prestado pelas nossas equipas.

De realçar aqui a importância da aplicação do pré-teste, pois permitiu fazer um estudo prévio da população visada. Deste primeiro contacto com os idosos sinalizados, percebemos que existia muita dificuldade dos mesmos em responder às perguntas e uma grande parte não apresentava as mínimas capacidades psicológicas para tal. Numa primeira fase, tínhamos como objectivo a aplicação de 25 questionários a idosos por área policial. Depois de conhecidos os valores totais de idosos sinalizados em cada uma das esquadras (Agualva-Cacém apresenta 68 sinalizações; Queluz tem 42 sinalizações; e Rio de Mouro possui 51) e de constatar a dificuldade em realizar os questionários junto dessa população, optámos por reduzir o número de questionários a aplicar, passando de 25 para 20, garantindo assim a total realização dos mesmos (60 questionários aplicados no total). Também será importante referir que estas pessoas, devido às suas necessidades de atenção e de socialização, não permitem a aplicação dos questionários de uma forma eficiente pois aproveitam o momento para dialogarem e perdem a atenção ao próprio questionário.

A observação directa não participante foi aplicada ao longo de todo o estágio prático no COMETLIS (realizado no 5º ano do CFOP), mais especificamente na 30ª Esquadra, pertencente à 4ª Divisão Policial, e na 66ª Esquadra, da Divisão Policial de Sintra. Em ambas as esquadras, foi possível acompanhar o trabalho realizado pelos elementos policiais, com especial atenção ao trabalho desenvolvido pelas EPAV, junto da população

idosa. Este tipo de observação permitiu-nos constatar factos que não seriam possíveis de adquirir de outra forma, se nos fundamentássemos apenas através da abordagem teórica. Como ferramenta de auxílio à investigação, realizamos um “diário de campo” que nos permitiu registar as ocorrências que consideramos mais relevantes.

É importante realçar que ao longo da aplicação do nosso método, houve respeito pelos princípios éticos basilares de uma investigação científica.

3.2. Caracterização da área policial em estudo

Para a realização da nossa investigação, optámos pelo concelho de Sintra como área de estudo. Esta opção advém do facto de Sintra ser um dos concelhos com mais idosos residentes (52238), sendo apenas superado pelos concelhos de Lisboa (132054) e do Porto (55487), que representam zonas metropolitanas. Por questões logísticas e pelas limitações do estudo, centramos a nossa aplicação do método a três grandes áreas policiadas pela Divisão Policial de Sintra, sendo estas abrangidas no policiamento das esquadras genéricas de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro. Apesar das freguesias Agualva e Cacém serem distintas, decidimos abordá-las em conjunto, pois a esquadra da PSP daquela área assume o policiamento de ambas as freguesias.

Estas áreas caracterizam-se por uma elevada densidade populacional²⁹, com cerca de 35% da população total do concelho de Sintra. São zonas urbanas residenciais, com grandes movimentações de massa humana durante o período diurno (deslocações entre a residência e o local de trabalho) devido à facilidade de acessos entre estas áreas e o concelho de Lisboa, através da utilização dos transportes ferroviários (Linha de Sintra) ou através do veículo pessoal (deslocação rápida através do IC19).

Residem 18862 idosos no total destas áreas, o que representa cerca de 36% de toda a população idosa no concelho de Sintra³⁰. É importante referir que destes 18862 idosos, cerca de 62% vive sozinho ou apenas acompanhado por pessoas também idosas³¹.

²⁹ Vide Anexo 13

³⁰ Vide Anexo 15

³¹ *Idem*

3.3. Apresentação de resultados

Após a demonstração da metodologia por nós aplicada e a fundamentação para tal, apresentaremos os resultados obtidos. Estes resultados serão analisados individualmente e consequentemente iremos correlacionar alguns deles que consideramos pertinentes.

Dividiremos a apresentação pelos dois modelos de questionário utilizados, o primeiro relativo aos idosos e o segundo aos elementos das EPAV.

3.3.1. Questionários aplicados aos idosos

Como anteriormente referido, estes questionários³² foram aplicados a uma amostra de 60 idosos, distribuídos uniformemente pelas três áreas onde aplicamos o nosso estudo, perfazendo 20 questionários em cada. Os resultados obtidos foram analisados e distribuídos em tabelas para melhor interpretação da informação³³, sendo que recorreremos a elas para apresentar os seguintes dados.

Nos 60 idosos inquiridos, 21,7% são do sexo masculino e 78,3% do sexo feminino, com idade igual ou superior a 65 anos de idade (Tabela 1). A maior parte dos casos apresenta a idade compreendida entre a faixa etária dos 75-84 anos (51,7%) e a faixa etária dos 65-74 anos (28,3%) (Tabela 2).

Quando questionados sobre se viviam sozinhos, 80% afirmaram que sim, demonstrando assim uma clara tendência para o isolamento por parte desta população (Tabela 4). Importa também referir que 53,3% dos idosos vive sozinho mas pode recorrer a outras pessoas em caso de necessidade (Figura 4).

Figura 4 - "Vive sozinho/a?" * "Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?"

		6. Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?		Total Geral
		Sim	Não	
4. Vive sozinho/a?	Sim	32 (53,3%)	16 (26,7%)	48 (80%)
	Não	11 (18,3%)	1 (1,7%)	12 (20%)
Total Geral		43 (71,7%)	17 (28,3%)	60 (100%)

Fonte: Elaboração própria

³² Vide Anexo 17

³³ Vide Anexo 18

Mais preocupante serão as situações de idosos que vivem sozinhos e não têm quem os possa auxiliar numa situação de urgência (26,7%). Estas situações são aquelas que, após a sinalização, devem ser as privilegiadas no acompanhamento pelas EPAV (Figura 4).

A maioria dos idosos tem filhos (61,7%) e têm alguém a quem recorrer em caso de necessidade (71,7%). Apesar disso, achamos relevante assinalar que 13,3% dos idosos afirmou ter filhos mas não tinham quem os ajudasse se precisassem de ajuda (Figura 5).

Figura 5 - "Tem filhos?" * " Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?"

		6. Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?		Total Geral
		Sim	Não	
5. Tem filhos?	Sim	29 (48,3%)	8 (13,3%)	37 (61,7%)
	Não	14 (23,3%)	9 (15%)	23 (38,3%)
Total Geral		43 (71,7%)	17 (28,3%)	60 (100%)

Fonte: Elaboração própria

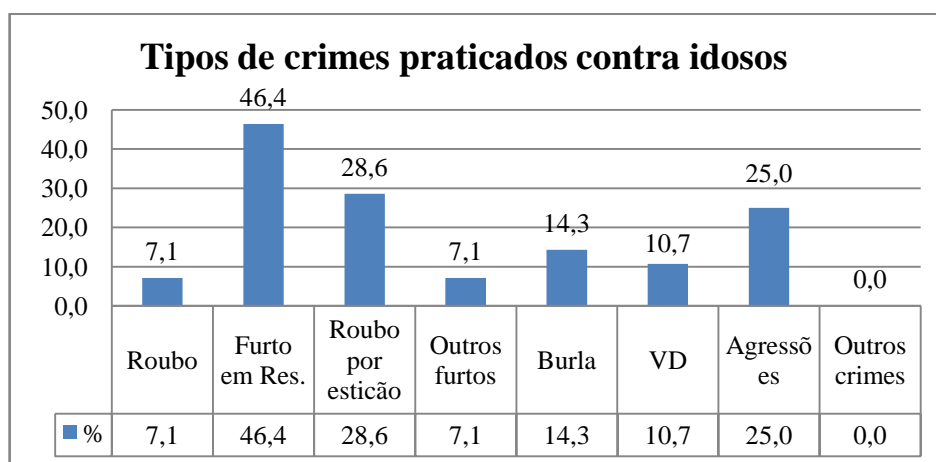
Em relação à presença de problemas, nas suas áreas de residência, que contribuam para o seu sentimento de insegurança, 56,7% afirmou que não existem quaisquer situações para tal (Tabela 7). Apesar disso, foi questionado aos idosos que assinalaram a presença de problemas (43,3%), quais seriam aqueles que mais os afectavam, tendo obtido os principais resultados seguintes: 53,8% dos idosos apontam a vizinhança como problema, principalmente nos casos em que a vizinhança não é a que o idoso desejaria ter; 50% apontam o ruído excessivo como fonte de insegurança; 30,8% demonstram receio associado à delinquência juvenil (Tabela 8).

Na sequência destas questões, interrogamos os idosos sobre a que entidade recorreriam para resolver os problemas que lhes surgissem, tendo obtido uma esmagadora maioria de 86,7% de respostas a favor da PSP (Tabela 9). Esta confiança deve-se não só à qualidade do serviço prestado por qualquer elemento policial junto desta população, mas também como resultado da aplicação de um policiamento de proximidade direccionado como forma de aproximação entre a nossa instituição e o cidadão.

Relativamente à vitimação criminal, constatamos que não existe uma grande disparidade entre o número de idosos que já foi vítima de um crime (46,7%) e aqueles que

não foram (53,3%). No entanto, e de forma a fazer uma correspondência com a criminalidade nacional contra idosos, questionamos os idosos que tinham sido vítimas sobre quais foram os tipos de crime que os vitimizou. Da análise desses dados podemos constatar que o crime que mais vítimas fez foi o furto em residência (46,4%), seguido do roubo por esticção (28,6%) e do crime de ofensas à integridade física³⁴ (25%) (Tabela 11). Os valores obtidos revelam alguma consistência com os apresentados anteriormente, em que abordamos os dez crimes mais praticados contra idosos no ano de 2012 (Figura 3).

Figura 6 – Crimes praticados contra idosos (dados obtidos da pergunta 9.1)



Fonte: Elaboração própria

Em relação à temática do sentimento de insegurança, 78,3% dos idosos respondeu que se sente seguro na sua área de residência (Tabela 12); 100% dos inquiridos afirmaram que se sentiam mais seguros quando viam polícias na sua área de residência (Tabela 13), que a polícia ajuda a resolver os problemas que a comunidade tem (Tabela 14), e que se sentiriam mais inseguros caso os elementos deixassem de os contactar (Tabela 21). Podemos afirmar através destes dados que o policiamento de proximidade realizado junto desta população reduz o seu sentimento de insegurança, cumprindo com as directrizes emanadas pela DO n.º 10/2012. É importante referir que entre os idosos que responderam não se sentirem seguros, 76,9% vive sozinho (Tabela 27). Este valor poderá significar a existência de uma relação entre o sentimento de insegurança e o isolamento.

Para além deste factor, de entre os idosos que se sentem inseguros, 69,2% apresenta problemas na sua área de residência que contribuem para esta insegurança (Tabela 27).

³⁴ Apesar de o crime vir previsto no CP, nos art. 143.º e seguintes, optámos por utilizar a expressão “Agressões” no nosso questionário, para uma compreensão mais acessível do idoso.

Estes problemas, como já referimos anteriormente, são reconhecidos como incivilidades (delinquência juvenil, consumo de álcool e/ou drogas, entre outros), capazes de afectar o sentimento de segurança das populações onde são praticados. Estes valores permitem afirmar que estas situações contribuem efectivamente para o aumento de sentimento de insegurança.

Analisando agora a relação entre a criminalidade e o sentimento de insegurança, podemos observar que 84,6% dos questionados que respondeu sentir-se inseguro, já foi vítima de, pelo menos, um crime na sua área de residência (Tabela 27). Podemos assim confirmar a existência de uma ligação entre a vitimação criminal e o sentimento de insegurança.

Na análise dos dados recolhidos, foi possível retirar informações que possam contribuir para uma melhoria dos procedimentos aplicados pelos elementos das EPAV. Desta análise podemos constatar que 30% dos idosos preferem que estas equipas entrem em contacto com eles de manhã (30%) ou então de noite (20%), sendo que 41,7% não expressou qualquer preferência, muitas vezes alegando que poderia ser a qualquer altura, quando o elemento policial tivesse disponibilidade (Tabela 15).

Questionados sobre de que forma preferiam ser contactados pelos elementos das EPAV, a maioria (73,3%) afirmou a sua preferência em ser contactado pessoalmente, demonstrando a sua confiança na PSP e ao mesmo tempo, revelando alguma prudência em relação às chamadas telefónicas (apenas 10% preferiam a utilização deste método), pois alegavam que pelo telefone não existia maneira de confirmar a veracidade dos factos (Tabela 16). Esta cautela é uma boa prática, muitas vezes adoptada devido aos conselhos dados pelas equipas, de forma a fazer frente a muitas burlas que procuram explorar as vulnerabilidades psicológicas dos idosos.

Também foi possível perceber que uma grande parte dos idosos (66,7%) prefere que o elemento policial esteja fardado quando proceder ao contacto com estes (Tabela 17). Da mesma forma que existia cautela por parte dos idosos em relação às chamadas telefónicas, também o facto de o elemento aparecer fardado elimina as dúvidas sobre a sua identidade. Apesar disso, 33,3% dos idosos afirmaram que lhes era indiferente a maneira como o elemento aparecia vestido.

Foram questionados sobre quais os seus locais preferenciais para as equipas os contactarem, tendo a maioria dos idosos respondido que preferia que este fosse feito no interior da sua própria residência (73,3%) ou até na porta do prédio/casa (35%) (Tabela

18). Esta última opção (porta do prédio/casa) foi introduzida após a aplicação dos pré-testes, onde detectamos algumas situações em que os idosos gostavam que os elementos das EPAV se deslocassem a suas casas, mas que só os receberiam à porta.

Uma das questões aplicadas procurou determinar quantos dos idosos sinalizados tinham participado em acções de sensibilização dadas pelos nossos elementos, sendo que a maioria respondeu que não (61,7%) (Tabela 19). Apesar deste facto, foi possível perceber que, dentro dos questionados que frequentaram estas acções de sensibilização, existe preferência pela partilha de experiências como método de formação (Tabela 20).

3.3.2. Questionários aplicados aos elementos das EPAV

Estes questionários³⁵ foram aplicados a uma amostra de 13 elementos pertencentes às EPAV, a exercer funções nas esquadras de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro, onde aplicamos o nosso estudo. Os resultados obtidos foram analisados e distribuídos em tabelas para melhor interpretação da informação³⁶, sendo que recorreremos a elas para apresentar os seguintes dados.

Nos 13 questionários aplicados aos elementos das EPAV, 4 foram preenchidos por elementos da esquadra da Agualva-Cacém, 7 na esquadra de Queluz e 2 em Rio de Mouro (Tabela 1), sendo que todos os elementos pertenciam à categoria profissional de Agente (Tabela 2).

Relativamente à quantidade de tempo em que o elemento exerce funções nas EPAV, consideramos pertinente realçar que 61,8% exerce estas funções há mais de 12 meses (Tabela 3). Este tipo de funções, principalmente no caso do apoio à vítima, exige que os elementos já possuam alguma experiência e sensibilidade para lidar com estas situações.

No âmbito da formação, quando questionados sobre se já a teriam recebido para o exercício das suas funções nas EPAV, quase a totalidade dos elementos (92,3%) afirmou que já teria recebido instrução nesse sentido (Tabela 4).

Respondendo ao que pretendíamos com a realização deste questionário, 84,6% dos elementos sente ter a formação necessária para exercer as funções (Tabela 5).

Foram questionados os elementos sobre se já teriam consultado a DO n.º 10/2012, de 24 de Maio, e 76,9% respondeu que sim (Tabela 6). Apesar de ser um número elevado, é

³⁵ Vide Anexo 19

³⁶ Vide Anexo 20

lamentável existirem elementos que ainda não consultaram este documento, visto este ser essencial para a correcta execução das suas funções.

Também no âmbito da DO, procuramos saber quantos elementos já aplicaram alguma das medidas emanadas por esta Directiva, tendo 69,2% respondido que já o teriam feito mas 30,8% nunca a tal procederam (Tabela 7). Estes valores podem ser representativos do facto de alguns elementos das EPAV possuírem funções mais vocacionadas para outras áreas diferentes do Apoio 65, como por exemplo o Comércio Seguro ou o Apoio à Vítima.

Questionamos os elementos para averiguar se procuravam obter mais informações pertinentes em relação ao idoso junto dos seus familiares, amigos ou vizinhos, tendo obtido dados que mostram que 92,3% dos elementos desenvolve esse tipo de diligências (Tabela 9).

Em relação às acções de sensibilização ou outras actividades de carácter lúdico e pedagógico, foi nossa intenção analisar quantos elementos das EPAV já tinham planeado/realizado algumas das mesmas, procurando melhorar os comportamentos preventivos dos idosos. Do efectivo destas equipas, 92,3% já planeou ou realizou, no mínimo, uma delas (Tabela 10).

Foram questionados os elementos para analisar se sentiam que a aplicação das medidas determinadas pela DO n.º 10/2012 permitia a redução dos índices criminais associados aos idosos enquanto vítimas, no qual 92,3% responderam que sim (Tabela 11). No entanto, quando questionados sobre se estas mesmas medidas seriam suficientes para a redução do sentimento de insegurança dos idosos na actualidade, um menor número de elementos respondeu que sim (69,2%) (Tabela 12).

Com o intuito de melhorar os procedimentos das EPAV, foi aplicada uma questão que demonstrasse quais os locais onde os elementos policiais costumam abordar os idosos, tal como foi feito no questionário dirigido a estes últimos.

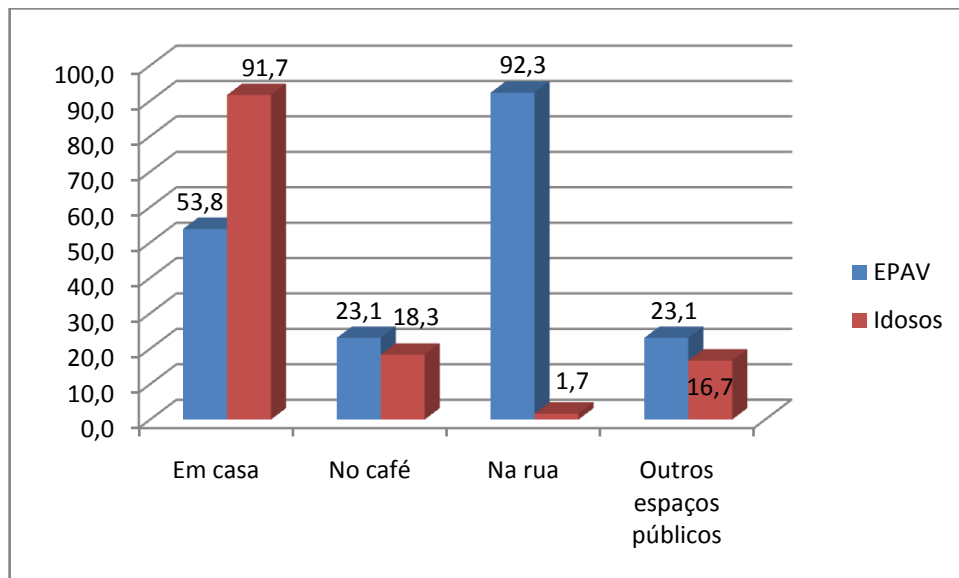
Analisados os resultados obtidos, podemos perceber que a maior parte dos elementos aborda os idosos, principalmente, na rua (92,3%) ou possivelmente em casa dos mesmos (53,8%) (Tabela 8).

De forma a percebermos se o método utilizado pelos nossos elementos corresponde ao pretendido pelos idosos, fizemos uma comparação entre os resultados obtidos na pergunta n.º 16 do questionário aos idosos (Modelo I³⁷) e a pergunta n.º 8 do questionário

³⁷ Vide Anexo 17

aos elementos das EPAV (Modelo II³⁸) Ambas as perguntas apresentam escolha múltipla de resposta, permitindo perceber quais as diferentes áreas que os idosos e os elementos policiais preferem para o contacto, não determinando apenas uma preferida. É importante realçar que para este facto agrupamos as respostas obtidas no inquérito dos idosos, nas opções “Dentro de casa” e “Porta do prédio/casa”, pois ambas traduzem a deslocação à casa dos idosos por parte dos elementos EPAV, sendo que foram só autonomizadas para a análise individual da pergunta. O número de questionados que prefere o contacto em sua casa é de cinquenta e cinco³⁹. Também não utilizaremos a opção de resposta “Esquadra” (pergunta n.º 16 do questionário Modelo I), já que não teria correlação com o questionário ao pessoal das EPAV.

Figura 7 – Locais onde contacta os idosos (EPAV) e Locais onde prefere ser contactado (Idosos)



Fonte: Elaboração própria

Podemos perceber que será necessário que os elementos das EPAV direccionem as suas intervenções privilegiando o contacto com os idosos nas suas casas, uma vez que estes preferem o contacto num local que lhes seja familiar e que os permita estar à vontade.

³⁸ Vide Anexo 19

³⁹ Este número não foi obtido pela soma dos registos “Dentro de casa” e “Porta do prédio/casa”, previstos na Tabela 18 do Anexo 18. A pergunta era de escolha múltipla e apenas 10 pessoas responderam com ambas as opções. Como tal, os dois registos em a) e b) dessas pessoas foram assumidos como apenas um registo, totalizando os 55 registos.

3.4. Conclusões

Definimos o concelho de Sintra para a aplicação da nossa investigação, mais precisamente nas áreas policiais de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro.

No âmbito deste estudo, aplicámos inquéritos por questionário a dois grupos: idosos sinalizados pelas EPAV; e ao elementos destas equipas pertencentes às esquadras de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro.

Em relação ao questionário aplicado aos idosos, conseguimos perceber esta população apresenta tendências para o isolamento e que este contribui para o seu sentimento de insegurança. Ainda em relação ao sentimento de insegurança, podemos perceber que a existência de problemas na área de residência do idoso (como delinquência juvenil ou consumo de drogas) ou o facto de já ter sido vítima de crime, caracterizam-se como factores que contribuem para que o idoso não se sinta seguro.

Ao nível criminal pudemos constatar que os crimes mais cometidos contra os idosos inquiridos são do mesmo tipo que os crimes mais praticados contra idosos a nível nacional, revelando assim consistência nos dados.

A maioria dos questionados tem filhos e têm a quem recorrer em caso de necessidade, apesar de existirem casos que afirmam ter filhos mas não ter quem os apoie em caso de urgência.

Uma grande parte dos questionados mostrou confiança no serviço prestado pela PSP, pois apontam-na como a primeira a quem recorreriam em caso de necessidade. Esta confiança é ainda demonstrada quando a totalidade dos inquiridos afirma sentir-se mais seguro quando vê elementos policiais na sua área de residência e que sentir-se-iam inseguros caso eles deixassem de os contactar.

Ao nível das acções de formação é de salientar que a maior parte dos idosos nunca frequentou uma, o que pode prejudicar o combate a alguns crimes pois é preciso a adopção de comportamentos que reduzam a probabilidade do idoso em ser vítima de um crime.

Os resultados obtidos permitiram também retirar dados que podem contribuir para melhorar os procedimentos das EPAV junto desta população. A maioria dos idosos prefere ser contactado pessoalmente pelos elementos, que estes estejam fardados e que o local de contacto seja na sua própria residência.

Dos questionários aplicados aos elementos das EPAV, podemos perceber que a grande maioria já recebeu formação indicada para o exercício das funções que está a desempenhar e sente que esta é suficiente para tal.

Foram também questionados sobre o seu conhecimento da DO n.º 10/2012, ao qual a parte mais representativa respondeu que sim. Consideramos importante averiguar se os elementos das EPAV já teriam aplicado alguma das medidas emanadas por esta Directiva, e obtivemos uma resposta positiva da maioria dos elementos. Existe também grande preocupação destas equipas em procurar informações importantes sobre a segurança e o bem-estar dos idosos junto da família dos mesmos ou até junto dos vizinhos ou amigos.

Dois importantes dados que obtivemos dos resultados deste estudo foram as opiniões dos elementos sobre a eficácia das medidas previstas na DO n.º 10/2012 na redução dos índices criminais associados aos idosos enquanto vítimas e também na redução efectiva do sentimento de insegurança, que em ambos os casos, a maioria afirma que sim.

Conclusão

A nossa sociedade atravessa neste momento uma fase de transição, em que a população jovem está em constante diminuição e a idosa em crescimento. É necessário à PSP observar, analisar e compreender o impacto que estas alterações implicam no âmbito da segurança e do policiamento.

Como tal, surgiu este nosso trabalho, com o objectivo de estudar o policiamento da PSP, mais especificamente aquele que é realizado pelos elementos das EPAV junto dos idosos por eles sinalizados, de forma a compreender se este reduz o sentimento de insegurança normalmente associado a esta parte da população. Também foi nosso objectivo aferir se os elementos das EPAV sentem que têm a formação necessária e adequada para o exercício das suas funções.

Concluída a nossa investigação, é importante demonstrar quais as conclusões alcançadas durante a mesma. Após analisados os dados obtidos durante o nosso estudo, podemos concluir que as nossas hipóteses foram afirmadas e que os nossos objectivos foram atingidos com sucesso.

Em relação ao primeiro objectivo, tínhamos definido como hipótese: as medidas estabelecidas pela Directiva n.º 10/2012 contribuem, junto da população-alvo, para uma redução efectiva do sentimento de insegurança. Ela é afirmada com os dados que obtivemos do nosso estudo estatístico realizado junto da população idosa sinalizada, residente na área policial de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro.

A aplicação de questionários a uma parte desta população, permitiu-nos perceber que a maioria dos idosos se sente seguro na sua área de residência. Uma das razões que podemos apontar para tal é o trabalho de proximidade realizado pelos elementos das EPAV junto dos mesmos, pois todos os dados revelam que a inexistência desse contacto entre os elementos e os idosos causaria problemas de insegurança nestes últimos. Em situações que os idosos se deparam com problemas, a maioria destes procuraria a PSP em primeiro lugar para os resolver, pois afirmam que a nossa instituição é capaz de resolver os problemas que a comunidade tem.

Uma grande parte dos idosos que afirmaram sentir-se inseguros na sua área de residência, vive sozinha. Estes são casos sinalizados que merecem especial atenção da parte dos nossos elementos, porque alguns deles configuram situações de grande risco para o idoso.

A criminalidade também apresenta grande impacto junto desta população mas, analisados os registos criminais dos últimos anos, podemos perceber que a criminalidade contra idosos tem diminuído, o que não impede os *media* de contribuírem para o sentimento de insegurança da população sénior através da divulgação de notícias com mais teor chocante que estatístico.

Quando analisados estes resultados em função dos objectivos traçados nas Directivas Estratégica n.º 10/2006 e Operacional n.º 10/2012, podemos afirmar que eles são demonstrativos do cumprimento dos mesmos. Em contraste com outros estudos que apenas avaliam o sentimento de insegurança dos idosos em geral, o nosso estudo foi aplicado a idosos sinalizados, ou seja, eram alvo do policiamento realizado pelas EPAV.

Um dos objectivos destas equipas é a redução do sentimento de insegurança, através do policiamento de proximidade nos locais frequentados por idosos e da sinalização e acompanhamento de situações de risco. Então, podemos afirmar que o seu trabalho produz os resultados expectáveis pois a maioria dos idosos questionados afirmou sentir-se seguro e, caso este policiamento deixa-se de existir, sentir-se-ia inseguro. Para além de demonstrada a eficácia da aplicação das medidas emanadas pela Directiva Operacional n.º 10/2012, podemos afirmar que a existência do policiamento orientado por estas directivas é essencial para garantir o sentimento de segurança desta população.

Em relação ao segundo objectivo, a nossa hipótese levantada foi: os elementos das EPAV sentem que a formação que recebem é adequada para o exercício das suas funções. Realizamos questionários a estes elementos, de forma a podermos perceber se os elementos consideravam que a formação que tinham era adequada para o seu trabalho ao mesmo tempo que questionamos se tinham tido alguma formação nessa área.

Dos resultados que obtivemos, podemos perceber que a maior parte dos elementos já recebeu formação no âmbito das suas funções e sente que tem a formação necessária para o exercício da mesma. Este resultado, quando analisado conjuntamente com o facto de a maior parte dos idosos inquiridos se sentirem seguros, pode ser demonstrativo do bom desempenho das funções dos elementos das EPAV, na aplicação das medidas determinadas na Directiva n.º 10/2012.

Estes factos comprovam que as medidas emanadas pela DO n.º 10/2012, aplicadas por elementos policiais com formação para o exercício de funções nas EPAV, são eficazes na redução do sentimento de insegurança dos idosos, ao mesmo tempo que promovem a confiança dos cidadãos no serviço prestado pela PSP e reduzem o número de cifras negras.

Com o nosso estudo, optamos por sugerir algumas alterações de procedimentos, visto termos recolhido informações pertinentes no decorrer do mesmo e que consideramos importantes de referir.

A partir dos dados por nós recolhidos, podemos sugerir que o contacto com a população idosa sinalizada seja realizada sobretudo em casa dos mesmos, pois é o local que lhes transmite maior confiança e porque muitas vezes não têm as capacidades físicas para se deslocarem até à rua ou mesmo à esquadra. Este contacto é importante pois, em muitos casos, o idoso não chega a apresentar uma queixa ou uma denúncia porque não se consegue deslocar ao departamento policial.

É necessário que o acompanhamento seja assíduo para que, nos casos em que seja necessário e possível, seja deslocado um elemento à residência do idoso para que este possa apresentar a sua queixa, com o duplo objectivo de também reduzir as cifras negras associadas à criminalidade contra idosos.

Os elementos devem contactar com estes idosos fardados e pessoalmente, devendo evitar o contacto por telefone, excepto nos casos em que o próprio idoso assim o pretenda.

Estas informações são importantes pois é a própria população a dar-nos a resposta para melhorarmos o nosso policiamento. Devemos ir contactar as pessoas às suas portas e falar directamente com elas, aproximando-nos daqueles que visamos proteger.

Bibliografia

ANTÓNIO, Manuel F. (2003), *Necessidade e Efeitos da Proximidade Policial*, Tese de Licenciatura: edição policopiada, Lisboa, ISCPSI

BAYLEY, D. (1994), *Police for the Future*, Oxford University Press.

BAYLEY, D. (1998), *What Works in Policing*, Oxford University Press.

CAETANO, Marcello (1990), *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10.^a Ed., Almedina, Coimbra.

COELHO, Simão Luís Figueiredo (2011), *A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população*, Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada: edição digital, Lisboa, Academia Militar.

COSTA, A. (1996), *Para a Modernização da Actividade Policial*, Lisboa, MAI.

COSTA, Maria A. (2002), *Cuidar idosos: Formação, prática e competências dos enfermeiros*, Coimbra, Editora Formasau.

COSTA, Paulo (2002), *A resposta policial ao sentimento de insegurança dos idosos – o programa "apoio 65 - idosos em segurança*, Tese de Licenciatura: edição policopiada, Lisboa, ISCPSI

CLEMENTE, P. J. L. (2000), *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* (Vol. 2), Tese de Doutoramento, não publicada, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais.

CUSSON, M. (2007), *Criminologia*, I\ III, Casa das Letras, 2ªEdição.

DIAS, H. Valente (2010), *O Mundo Passa e a Polícia Passa Também: Metamorfoses da Polícia no Contexto do Estado Pós-Social*, Lição Inaugural, Lisboa, ISCPSI.

DURÃO, Susana (2008), *Patrulha e Proximidade – uma etnografia da Polícia em Lisboa*, Centro de Investigação do ISCPSI, Almedina.

FERNANDES, H. (2007), *Solidão em idosos do meio rural do concelho de Bragança*, Dissertação de Mestrado em Psicologia do Idoso, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

FERNANDES, M. C. (2009), *Contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: A prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*, Monografia de Licenciatura em Ciências Policiais, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

FERNANDES, Sandra L. C. (2010), *Vivências em lares de idosos: Diversidade de Percursos, Um Estudo de Caso*, Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social, Porto, Departamento de Ciências da Educação e do Património.

FERREIRA, Sara (2010), *Sentimento de Insegurança; Contributos para a Construção de Indicadores de Medida*, Dissertação de Mestrado: edição policopiada, Lisboa, ISCPSI

FONSECA, A. M. G. (2004), *Uma abordagem psicológica da “passagem à reforma” – Desenvolvimento, Envelhecimento, Transição e Adaptação*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Biomédicas, Porto, Universidade do Porto.

FUHRMANN, Christopher J. (2012), *Policing the Roman Empire: Soldiers, Administration, and Public Order*, Oxford University Press.

GUERRA, Luís (2006), Informação/Proposta, *Programa Especial – Apoio 65: Idosos em Segurança*, Elvas: Secção Policial de Elvas.

HENRIQUES, Sónia (2009), *Análise do impacto organizacional do Policiamento de Proximidade – contributos para um modelo de avaliação*, Monografia de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.

LOURENÇO, N. & LISBOA, M. & FRIAS, G. (1998), “Crime e Insegurança: Delinquência urbana e exclusão social”, *Subjudice-Justiça e Sociedade*, nº13, DocJuris, Lisboa.

MACHADO, C. (2004), *Crime e Insegurança, discursos do medo e imagem do outro*. Editorial Notícias.

- MONET, J.** (2006), *Polícias e Sociedades na Europa* (Mary Barros, trans.), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MONIZ, José M. N.** (2003), *A enfermagem e a pessoa idosa: a prática de cuidados como experiência formativa*, Loures, Lusociência.
- MOREIRA, M. J. M.** (2008). *Incivilidades e sentimento de insegurança: Estudo exploratório sobre a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*, Monografia de Licenciatura em Ciências Policiais, não publicada, Lisboa, ISCPSI.
- MONJARDET, D.** (2003), *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública* (Mary Barros, trans.), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, F.** (2011), *Características psicológicas e solidão sentida em idosos do meio urbano*, Dissertação de Mestrado em Psicologia do Idoso, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- OLIVEIRA, José** (2006), *As Políticas Públicas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*, Lousã, Almedina
- PÁSCOA, P. M. G.** (2008), *A importância do envelhecimento activo na saúde do idoso*, Monografia de Licenciatura em Enfermagem, Universidade Fernando Pessoa, Lisboa.
- PAÚL, M. C.** (1991), *Percursos pela velhice: uma perspectiva ecológica em psicogerontologia*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto.
- PIMENTEL, Luísa** (2001), *O lugar do Idoso na família: contextos e trajectórias*, Quarteto Editora, Coimbra.
- RAPOSO, João** (2006), *Direito Policial I*, Almedina, Coimbra.
- REINER, R.** (2010), *The Politics of the Police*, Oxford University Press.
- ROCHA, Ana P.** (2007), *O autoconceito dos idosos*, Dissertação de Mestrado em Psicogerontologia, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa.
- ROCHÉ, S.** (1993), *Le Sentiment d' Insécurité*, Paris, PUF.

SARMENTO, Cristina M. (2009), *Política & Segurança; Novas Configurações do Poder*, Lisboa, Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

SIMÃO, Joaquim (2009), *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da Polícia na Prevenção Criminal – estudo de caso – Do projecto “Apoio 65 – Idosos em segurança” na zona de Elvas*, Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada, Lisboa, ISCPSI.

SOUSA, L. & FIGUEIREDO, D. & CERQUEIRA, M. (2004), *Envelhecer em família: os cuidados familiares na velhice*, Porto, Âmbar.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (2009), *Teoria geral do direito policial*, 2ª Edição, Coimbra, Almedina.

Artigos Publicados

BRANDÃO, Ana Paula (2004), “Segurança: um conceito contestado em debate” (p.p. 37-55), in *Informações e Segurança - Estudos em homenagem do General Pedro Cardoso*, Edições Prefácio.

CARCACH, C. & GRAYCAR, A. & MUSCAT, G. (2001), *The Victimisation of Older Australians*, Australian Institute of Criminology, Canberra.

CLARKE, A. (1984), “Perceptions of crime and fear of victimisation among elderly people”, *Ageing and Society*, vol. 4, nº 3.

CORREIA, Sérvulo (1994), “Polícia”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. VI, Lisboa.

ELIAS, Luís (2007), *Policiamento de proximidade: Princípios e Fundamentos para a implementação de estratégias de Prevenção Criminal*, Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro, Almedina.

GOMES, Paulo (2006), *Segurança e reformas policiais na Europa. O caso de Portugal*, I Seminário internacional de gestão em segurança pública e justiça criminal, Rio de Janeiro,

disponível em <http://www.propi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/palestrantes/18/01.pdf> em 09 de Fevereiro de 2013.

GUINOTE, Hugo (2009), Respostas Tático-Policiais ao fenómeno da droga, in *Criminalidade organizada e criminalidade de massa*, Centro de Investigação, ISCPSI, Almedina.

HEAP, Vicky (2008), *Criminal Victimisation of the Elderly: Have rates of crime against the elderly changed relative to overall crime rates?*, Internet Journal of Criminology.

LEITÃO, J. (2000), *Sentimentos de insegurança*, Revista da Polícia Portuguesa, 125 (2), 2-13.

OSÓRIO, A. (2007), “Os idosos na sociedade actual”, in *As pessoas idosas: Contexto social e intervenção educativa*, Instituto Piaget.

PORTA-NOVA, Rui (2003), “Saúde e envelhecimento – fundamentos para uma abordagem psicossocial”, *SENIOR*, nº 6.

QUARESMA, Carina (2012), “Género e envelhecimento: Perspetiva na área da segurança”, *Notícias*, n.º 87, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

SOARES, Marisa (2012), “Violência contra idosos mais que duplicou nos últimos 11 anos”, *Público*, retirado de <http://www.publico.pt/Sociedade/violencia-contra-idosos-mais-do-que-duplicou-nos-ultimos-11-anos-1558277> (consultado a 10 de novembro de 2012).

WILSON, J. Q. & **KELLING**, G. (1982), “Broken Windows”, *Atlantic Monthly*, 211, 29-38.

Legislação

Constituição da República Portuguesa, actualizada de acordo com a Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de Agosto

Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 400/82, de 23 de Setembro

Decisão n.º 940/2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Setembro de 2011, sobre o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre as Gerações (2012)

Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012

Doutrina Policial Interna

Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, da DN/PSP

Directiva Operacional n.º 10/2012, de 24 de Maio, da DN/PSP

O.P. n.º 4822, de 12 de Julho de 2010, da DN/PSP

Outros documentos

Censos 2011 – Resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística.

Manual Alcipe – Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência, APAV, 2010.

Projeções de população residente em Portugal 2000-2050, Instituto Nacional de Estatística.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2010.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2011.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2012.

Street crime in London: Deterrence, Disruption and Displacement, Government Office of London, 2005.

Crimes against the elderly Report 2009-2011, Tennessee Bureau of Investigation, Tennessee 2012.

Sítios

www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main – Consultado por diversas ocasiões entre Outubro de 2012 e Abril de 2013

www.jn.pt/PaginaInicial/Seguranca/ - Consultado por diversas ocasiões entre Novembro de 2012 e de Abril de 2013

<http://www.publico.pt/portugal/sociedade> - Consultado por diversas ocasiões entre Janeiro de 2013 e Abril de 2013

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=3013417 – Consultado a 25 de Janeiro de 2013

<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/os-esticoes-sao-uma-praga> - Consultado a 25 de Janeiro de 2013

http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=3035262 – Consultado a 6 de Fevereiro de 2013

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=3053827 - Consultado a 26 de Fevereiro de 2013

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/interior.aspx?content_id=3064518 - Consultado a 26 de Fevereiro de 2013

http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=42486 – Consultado a 26 de Fevereiro de 2013

http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Lisboa&Option=Interior&content_id=3163131 – Consultado a 13 de Abril de 2013

ANEXOS

ANEXO 1 – Diário de campo

Sexta-feira, dia 8 de Novembro de 2012

Hoje, da parte de manhã, tivemos notícia de um cadáver na zona da Lapa. Quando nos deslocamos ao local, constatamos que o edifício onde ele tinha sido encontrado estava em muito mau estado de conservação, mas a “habitação” do idoso apresentava condições ainda piores. Ela era apenas uma arrecadação no topo do edifício, que tinha sido rudemente adaptada de forma a poder abrigar uma espécie de cozinha e um espaço para a cama.

O espaço em si, não seria o pior; aquilo que o tornava realmente desumano era a quantidade de lixo acumulada por todo o espaço. A comida estava estragada e fora do prazo; a roupa estava toda suja e com um cheiro que demonstrava que não era lavada há muito tempo e encontrava-se espalhada pelo cubículo ou pendurada em várias cordas que ligavam as paredes; existiam objectos variados (aquilo que é vulgarmente conhecido por “traquitanas”) dispersados por armários, mesas e prateleiras mas também empilhados pelo chão.

Esta situação foi detectada pelo irmão da vítima aquando de uma das suas visitas esporádicas.

Infelizmente, o idoso só foi detectado algum tempo depois da sua morte. Não se encontrava sinalizado pelo nosso pessoal pois não tinha vizinhos nem qualquer tipo de relações sociais na sua zona. A própria família apenas o visitava esporadicamente e nunca apresentaram a situação junto das entidades competentes.

Terça-feira, dia 29 de Janeiro de 2013

Pude acompanhar hoje um elemento da esquadra que ia presenciar uma acção de despejo de um casal idoso que estaria em dívida para o banco. No local contactamos com uma funcionária do tribunal que costuma acompanhar estas diligências e ficamos a aguardar a chegada de uma assistente social, de um representante da junta de freguesia e de mais duas pessoas que iriam proceder à retirada dos bens. Quando todos os intervenientes estavam reunidos, entramos no prédio e subimos até à habitação do casal.

Prontamente o senhor nos abriu a porta e logo pudemos presenciar o estado da casa. O chão encontrava-se todo sujo, a mobília da casa estava toda em mau estado de conservação e difusa pelas várias fracções da habitação, desde cadeiras ao contrário no *hall* de entrada a pequenos armários a bloquear a livre movimentação pelos corredores. As cortinas e as janelas estavam fechadas, não permitindo muita iluminação dentro da casa e criando um efeito de estufa. O ar que se respirava era nauseabundo devido à falta de circulação e pela falta de higiene em a casa apresentava.

Após questionado sobre a localização da sua esposa, o senhor encaminhou-nos ao seu quarto, onde ela se encontrava deitada e a descansar. Assim que nos abriu a porta do quarto, foi perceptível um forte cheiro a urina e a outros dejectos. Segundo o senhor, o cheiro era devido à sua esposa, que realizava as suas necessidades na cama pois ela não tinha capacidade de locomoção e ele não tinha capacidades para cuidar dela, nem dinheiro para contratar uma empregada. Depois de analisada a situação, a acção de despejo não se concretizou e foi adiada para outra data.

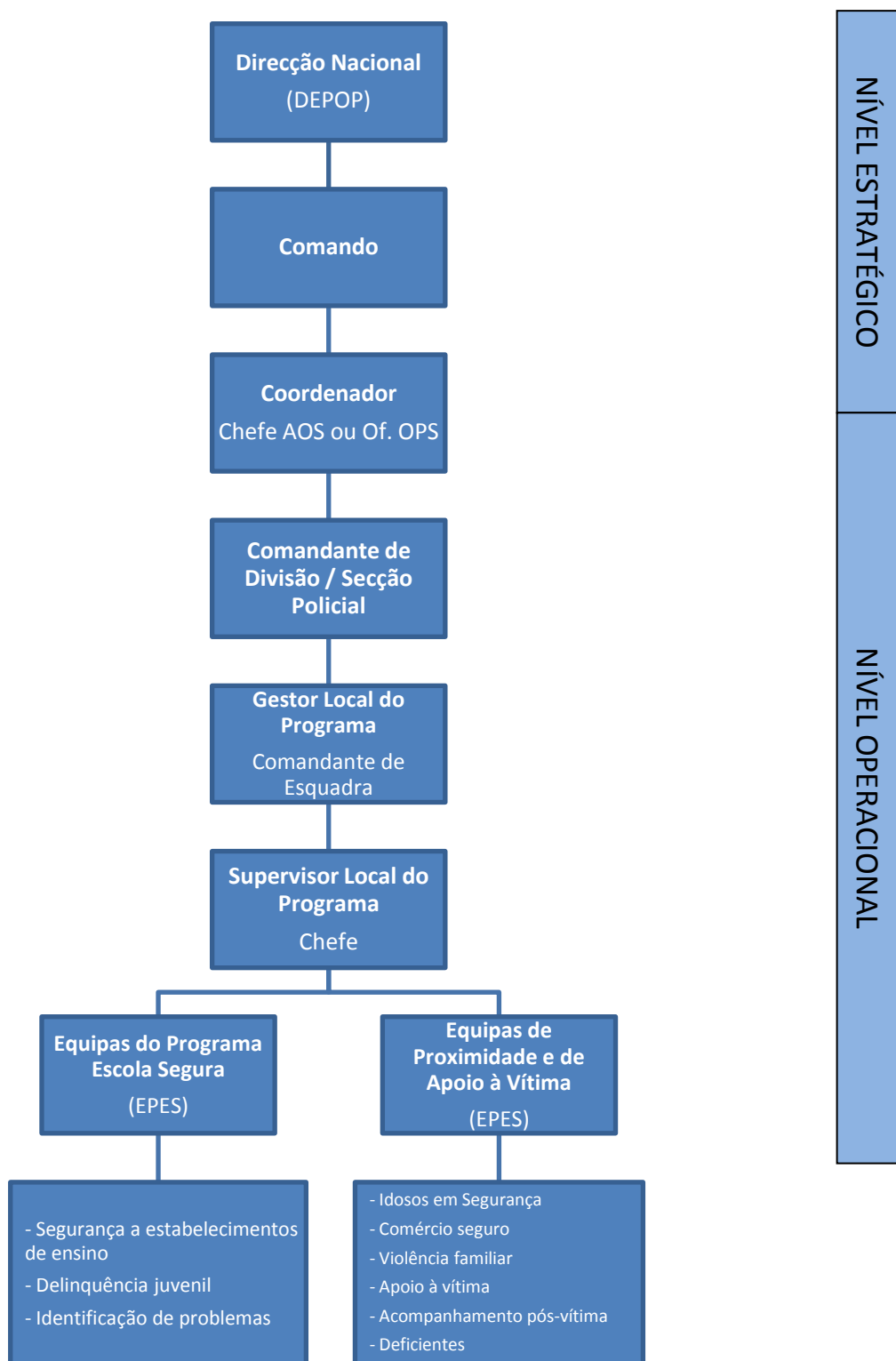
Quando regressamos à esquadra, demos conhecimento da situação ao Subcomissário que decidiu activar os meios do MIPP para realizarem a sinalização e o acompanhamento daquela situação.

ANEXO 2 – Modelo de policiamento tradicional *versus* modelo de policiamento comunitário ou de proximidade

Questão	Policiamento tradicional	Policiamento Comunitário ou de Proximidade
O que é a polícia?	Um organismo do Estado, responsável pela aplicação e cumprimento da lei.	<i>Polícia é o público e o público é a polícia</i> ; cada agente policial deve envolver-se nos problemas dos cidadãos.
Qual a relação que a polícia estabelece com outros organismos?	Conflitos frequentes ao nível do estabelecimento das prioridades de acção.	A polícia é apenas um dos organismos responsável pela melhoria da qualidade de vida.
Qual é o papel da polícia?	A sua acção concentra-se na detecção e resolução dos crimes.	Uma abordagem mais alargada na resolução dos problemas.
Quais as prioridades da polícia?	Sobretudo os crimes que envolvam grande alarme público ou violência (descurando muitas vezes a pequena e média criminalidade).	Qualquer problema ou desordem que provoque distúrbios “desassossego” na comunidade.
De que trata especificamente a polícia?	De incidentes.	Problemas e preocupações dos cidadãos.
O que é que determina a eficiência da polícia?	Os tempos de resposta às solicitações.	A colaboração/cooperação com o público.
Qual é a atitude da polícia relativamente às solicitações de serviço, emanadas do público?	Dá-lhes uma resposta se não existir entretanto um trabalho “verdadeiramente” policial para fazer.	É uma função vital e uma grande oportunidade.
O que se entende por profissionalismo profissional?	Combate ao crime de forma eficaz e eficiente.	Interagir com as comunidades.
Quais as informações mais importantes?	Informação sobre o crime.	Informações sobre indivíduos/grupos criminosos.
O que é que a polícia deve observar na sua acção, isto é, qual a natureza da responsabilidade policial?	A centralização; respeito integral dos regulamentos, legitimação pela lei.	Ênfase na responsabilização local perante as necessidades de segurança das comunidades.
Qual é o papel das estruturas de comando?	Fazer cumprir os regulamentos e emitir directivas.	Desenvolver valores organizacionais.
Qual o papel das relações públicas?	Manter o enfoque dos mass-média longe da actividade operacional para que estes possam desenvolver o seu trabalho.	Coordenar um canal de comunicação essencial com a comunidade.
De que modo encara a polícia as detenções?	Como um objectivo importante.	Como uma ferramenta entre muitas outras.

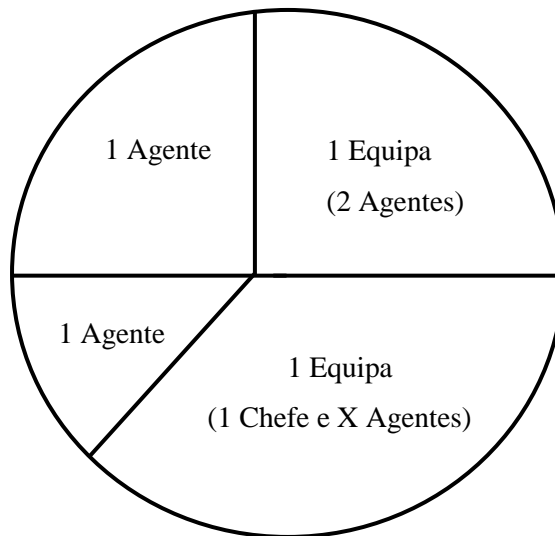
Fonte: Oliveira, 2006, p. 124

ANEXO 3 – Estrutura de enquadramento do Programa Integrado de Policimento de Proximidade



Fonte: Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, p. 9

**ANEXO 4 – Esquema exemplificativo da distribuição de Agentes de Proximidade
pela área de uma esquadra**



Fonte: Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, p. 11

ANEXO 5 – Exemplo de folheto informativo Apoio 65 – Idosos em Segurança

<div><p>EM CASO DE EMERGÊNCIA LIGUE 112</p><p>POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA Comando Metropolitano de Lisboa:</p><p>Rua Capelo, nº13, 249 - 107 Lisboa Telef: +351 217 654 242; Fax: +351 217 654 260 E-mail: rpul@psp.pt contacto@psp.pt</p><p><small>Apoio: Governo Civil de Lisboa Colaboração: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa Design Gráfico: Dego Pereira, Silvana Ribeiro, Tânia Botelho Fotografias: Hugo Silva</small></p></div> <div><p>MUITOS IDOSOS SÃO VÍTIMAS DE BURLAS NÃO SEJA MAIS UM!</p></div> <div><p>Idosos Em Segurança</p></div>	<div><p>Em casa</p><ul style="list-style-type: none">- Quando se ausentar de casa, nunca deixe as portas e janelas abertas.- Coloque um óculo e uma corrente de segurança na sua porta.- Não deixe entrar pessoas suspeitas ou desconhecidas em sua casa.- Tenha sempre à mão os números de telefone para poder comunicar com alguém, principalmente com a Polícia.<p>Colabore seguindo estes conselhos de segurança! A segurança é responsabilidade de todos. Também sua!</p></div> <div><p>Na rua</p><ul style="list-style-type: none">- Transporte consigo apenas o dinheiro necessário.- Evite o uso de objectos de valor, de carteiras na mão ou no bolso, e de forma visível.- De noite, evite circular sozinho na rua.- Evite dar informações sobre a sua vida a pessoas estranhas.- Transporte as malas e sacos do lado oposto à faixa de rodagem.- Circule sempre pelo lado interior dos passeios.- Nos transportes públicos, mantenha a carteira e outros bens juntos de si.- Tome uma atitude discreta quando for ao banco levantar ou depositar dinheiro e preste atenção aos indivíduos mal intencionados.</div> <div><p>Como agir em caso de Assalto</p><ul style="list-style-type: none">- Mantenha a calma e não reaja com violência.- Tente chamar a atenção de alguém que esteja perto, se necessário grite por socorro.- Procure ver se conhece os ladrões.- Tente decorar como é que os ladrões estão VESTIDOS; a cor e tamanho do cabelo, altura, estatura.- Se utilizarem um carro, decore ou escreva a matrícula, marca e cor do carro e o destino que seguiram.- Peça ajuda a um polícia ou telefone 112.</div>
--	---

Frente

Verso

Fonte: Departamento de Operações, Direcção Nacional da PSP

ANEXO 6 - Exemplo de folheto informativo MIPP (Queluz)

NO COMÉRCIO:

Senhor(a) comerciante: Torne a vida difícil para o ladrão! Há sempre medidas que podem ser tomadas para diminuir os riscos.

- As boas fechaduras e grades nas portas e janelas desincentivam os ladrões, a utilização de alarmes e de meios vídeo pode compensar os seus custos;
- Um bom cofre facilita a sua vida e dificulta a do ladrão.

Tenha pouco dinheiro na caixa.


- Retire-o sistematicamente principalmente as notas maiores, guardando-as em local mais seguro.
- Ao fim do dia, quando do fecho da loja, esvazie a caixa registadora e deixe-a com as gavetas abertas.

E...SE FOR ASSALTADO? E...SE O ASSALTANTE ESTIVER ARMADO?

- Não oponha resistência.
- Observe o assaltante, tomando mentalmente nota do seu aspecto físico e vestuário, tipo de arma e comportamento.
- Quando este abandonar o estabelecimento procure verificar a direcção de fuga, cúmplices e características da viatura que possa ter utilizado.

E DEPOIS DO ASSALTO?

- Preserve eventuais vestígios deixados pelos assaltantes e participe imediatamente a ocorrência às autoridades.



Com o Apoio da Junta de Freguesia de Monte Abraão



Contactos úteis:

Número Europeu de Emergência - 112

Polícia de Segurança Pública de Queluz - 21 434 02 20

Telemóvel Elementos do PIPP - 91 620 42 24

Polícia de Segurança Pública de Lisboa - 21 765 42 42

Junta de Freguesia de Monte Abraão - 21 437 36 35

Bombeiros de Queluz - 21 434 69 90

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - 21 888 47 32

Linha do Cidadão Idoso - 800 203 531

Linha Nacional de Emergência Social - 144

Câmara Municipal de Sintra - 21 923 85 00

Polícia Municipal de Sintra - 21 910 72 10

SMAS de Sintra - 21 911 90 00

Canil Municipal de Sintra - 21 910 72 10



www.psp.pt/sintra.lisboa@psp.pt

JUNTA DE FREGUESIA MONTE ABRAÃO

Programa integrado de Policiamento de Proximidade




POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

Comando Metropolitano de Lisboa
Divisão de Sintra
62ª Esquadra - Queluz

Proteja-se, Sinta-se Seguro...

Na rua:

- Se for vítima de assalto, mantenha-se calmo e não ofereça resistência.
- Tente fixar as características físicas, vestuário, e viaturas utilizadas pelos assaltantes.
- Evite levantar dinheiro no Multibanco em locais isolados e, evite ostentar objectos de valor (fios de ouro, etc.).
- Comunique de imediato às autoridades competentes caso seja vítima de algum ilícito.



No domicílio:

- Não deixe entrar desconhecidos sob nenhum pretexto. Em caso de dúvida/ desconfiança, chame a polícia.
- Sempre que sair de casa certifique-se que trancou as portas e janelas.
- Se a residência foi assaltada não entre sem a presença da polícia e não mexa em nada.
- Comunique na Esquadra da sua área uma ausência prolongada de casa e peça a alguém de confiança para retirar a correspondência da sua caixa de correio.



O QUE É O PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (PIPP)?

O PIPP é um novo projecto de policiamento da PSP, que procura combater as causas sociais da delinquência, visando melhorar o nível de vida e promover a igualdade em cooperação com outros organismos de regulação social e com as próprias comunidades.

Obtenha esclarecimentos adicionais junto da Esquadra da área da sua residência!!

O programa é constituído pelas Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e pelas Equipas do Programa Escola Segura (EPES).



Objectivos das EPAV:



- Apoiar as vítimas de crime e fazer o acompanhamento pós-vitimização;
- Sinalizar e encaminhar as situações geradoras de insegurança;
- Vigiar as áreas residenciais e comerciais;
- Prevenir e combater a criminalidade.

Objectivos das EPES:

- Garantir a segurança e vigilância das escolas e áreas envolventes;
- Prevenir a delinquência juvenil e o abandono escolar;
- Realizar acções de sensibilização para a temática da segurança.

As crianças merecem a nossa especial atenção!!

Aconselhe regularmente os seus filhos e tente saber sempre por onde e com quem andam.



A Violência Doméstica é crime público!
A Violência no namoro/ em casa não é amor!
Maltratar os filhos/ pais é crime!
Colabore na sua denúncia!!

Fonte: Esquadra de Queluz, Divisão Policial de Sintra

ANEXO 7 - Exemplo de folheto informativo MIPP (Rio de Mouro)

CONTACTOS ÚTEIS:

Agentes de Proximidade:
Apoio à vítima - **933 868 931**
935 912 151

Esquadra da PSP de Rio de Mouro
Avenida Gil Eanes, 2635-003 – Rio de Mouro
→ Tel.: 21 919 86 30 / 31
Fax.: 21 919 86 38
EspRdeMouro@psp.pt

- Número Nacional de Emergência: 112
- Junta de Freguesia de Rio de Mouro: 219 178 290
- Câmara Municipal de Sintra: 219 238 500
- SMAS de Sintra: 219 119 000
- Polícia Municipal de Sintra: 219 107 210/11
- Canil Municipal de Sintra: 219 238 816
- Ass. Portuguesa de Apoio à Vítima: 218 847 732
- Linha Nacional de Emergência Social: 144
- Linha do Cidadão Idoso: 800 203 531
- PSP de Lisboa: 217 654 242
- Bombeiros V. Agualva – Cacém: 219 140 045
- Bombeiros V. Algueirão – M. Martins: 219 228 500

www.psp.pt



COM O APOIO:



Junta de Freguesia de Rio de Mouro

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Existimos para o servir!



PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

Em caso de Emergência
ligue 112

Freguesia de Rio de Mouro

O que é?

A Polícia de Segurança Pública desenvolveu e lançou em Portugal o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, com o objectivo de ser uma Polícia sempre presente, onde e quando é preciso, conseguindo assim estar pronta a responder de forma mais eficaz às necessidades da população.

Com o propósito de proporcionar um policiamento mais próximo e focado no cidadão, com maior contacto com o comércio, escolas e restantes instituições da comunidade local, a PSP encontra-se operacional em todo o Território Nacional, durante 24 horas por dia, para apoiar e garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas, estando a Esquadra de Rio de Mouro totalmente disponível e contactável para todo e qualquer auxílio ou esclarecimento necessários, dispondo agora de Agentes especificamente preparados e empenhados no Policiamento de Proximidade.

Proteja-se, ajude-nos a ajudar:

Na rua:

- Não ande sozinho(a) em locais isolados;
- Não ande com estranhos, nem aceite nada de desconhecidos;
- Se for vítima de assalto, não ofereça resistência, tente fixar algumas características dos assaltantes, direcção de fuga e ligue 112;
- Não levante dinheiro no Multibanco sozinho(a) e evite fazê-lo à noite;
- Comunique de imediato às Autoridades qualquer situação que ache anómala na sua rua ou no seu bairro;
- Não ande com muito dinheiro e reparta-o por vários bolsos.

Em casa:

- Aconselhe regularmente os seus filhos e tente saber sempre por onde e com quem andam;
- Não deixe entrar desconhecidos sob nenhum pretexto. Em caso de dúvida/desconfiança, chame a Polícia;
- Comunique na Esquadra da sua área uma ausência prolongada de casa e peça a alguém

de confiança para retirar a correspondência da sua caixa de correio;

- Se a sua residência foi assaltada, não entre sem a presença da Polícia e não mexa em nada;
- Se sair de casa, tranque sempre as janelas e feche a porta à chave.

No comércio:

- Tenha pouco dinheiro na caixa;
- Retire sistematicamente, durante o dia, as notas de maior valor para um local seguro;
- No fim do dia, aquando do fecho da loja, esvazie a caixa e deixe-a com as gavetas abertas;
- Não mostre muitos artigos ao mesmo tempo aos clientes.

A Violência Doméstica é crime público!
Violência no namoro/em casa não é amor!
Maltratar os filhos/pais é crime!

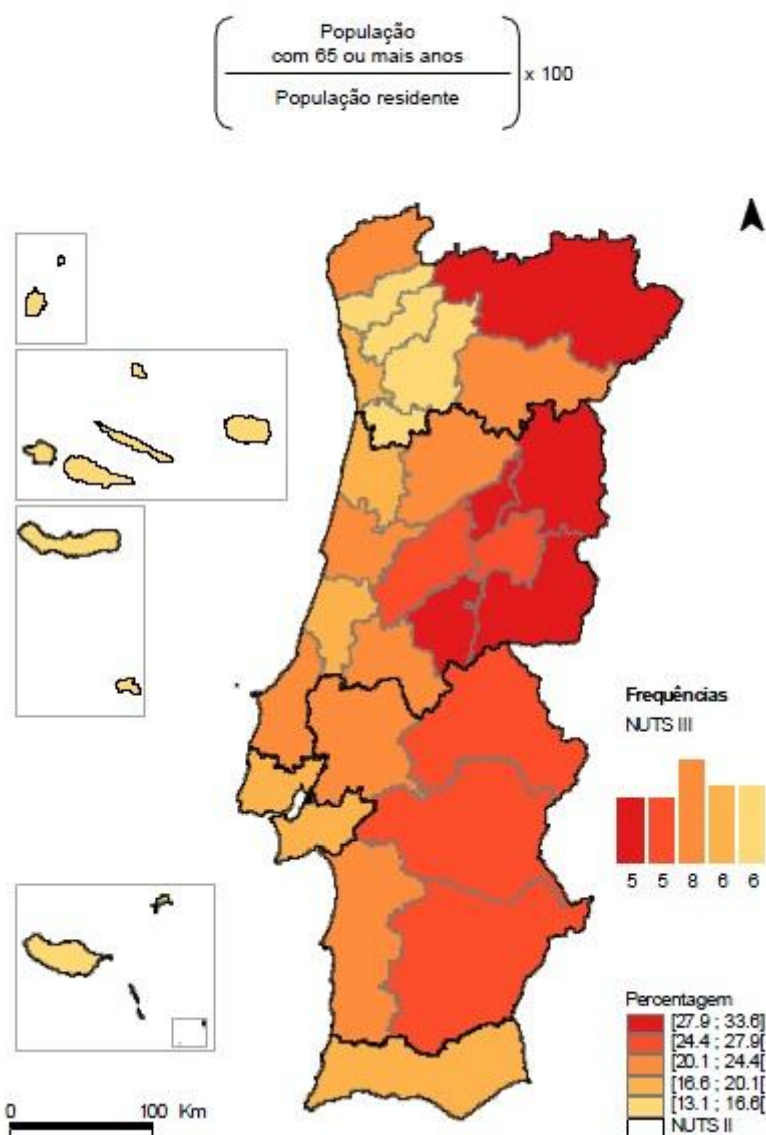
Denuncie e proteja eventuais vítimas.

Fonte: Esquadra de Rio de Mouro, Divisão Policial de Sintra

ANEXO 8 - Figura sobre a evolução demográfica dos idosos em Portugal

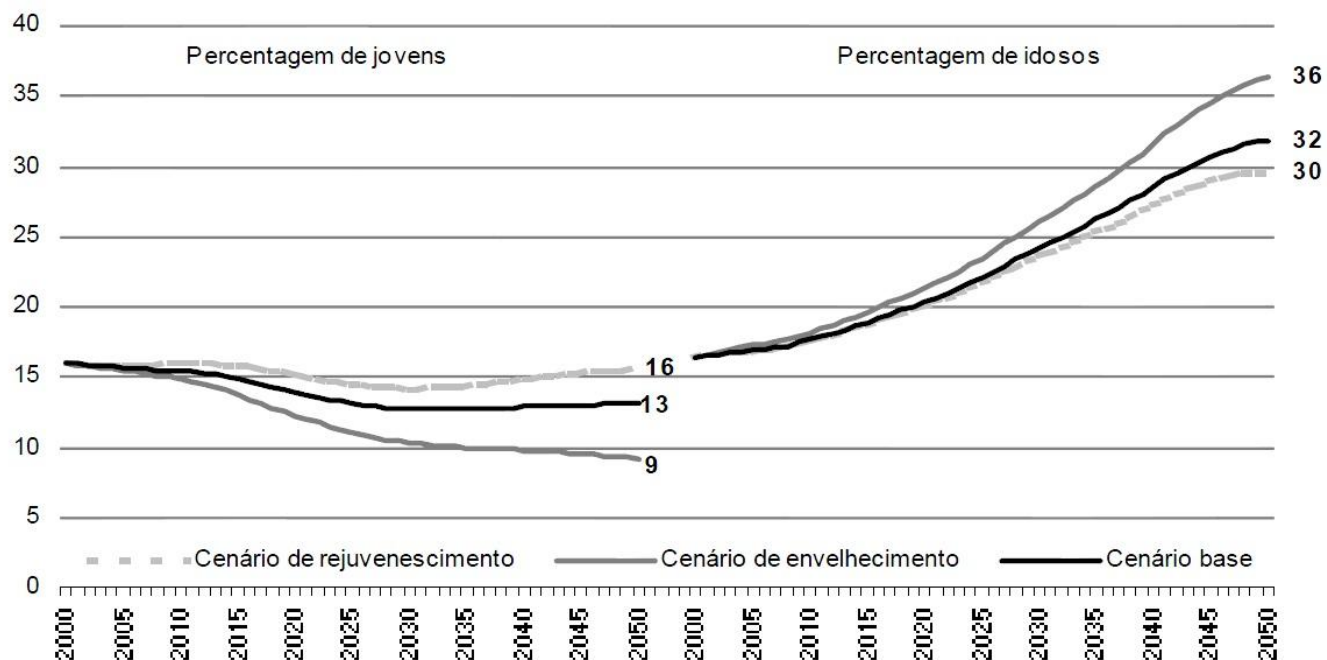
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO (%)	2001			2011		
	Total	H	M	Total	H	M
Jovens						
Portugal	16,00	16,95	15,11	14,89	15,93	13,93
Idosos						
Portugal	16,35	14,16	18,40	19,03	16,69	21,17

PERCENTAGEM DE IDOSOS, 2011



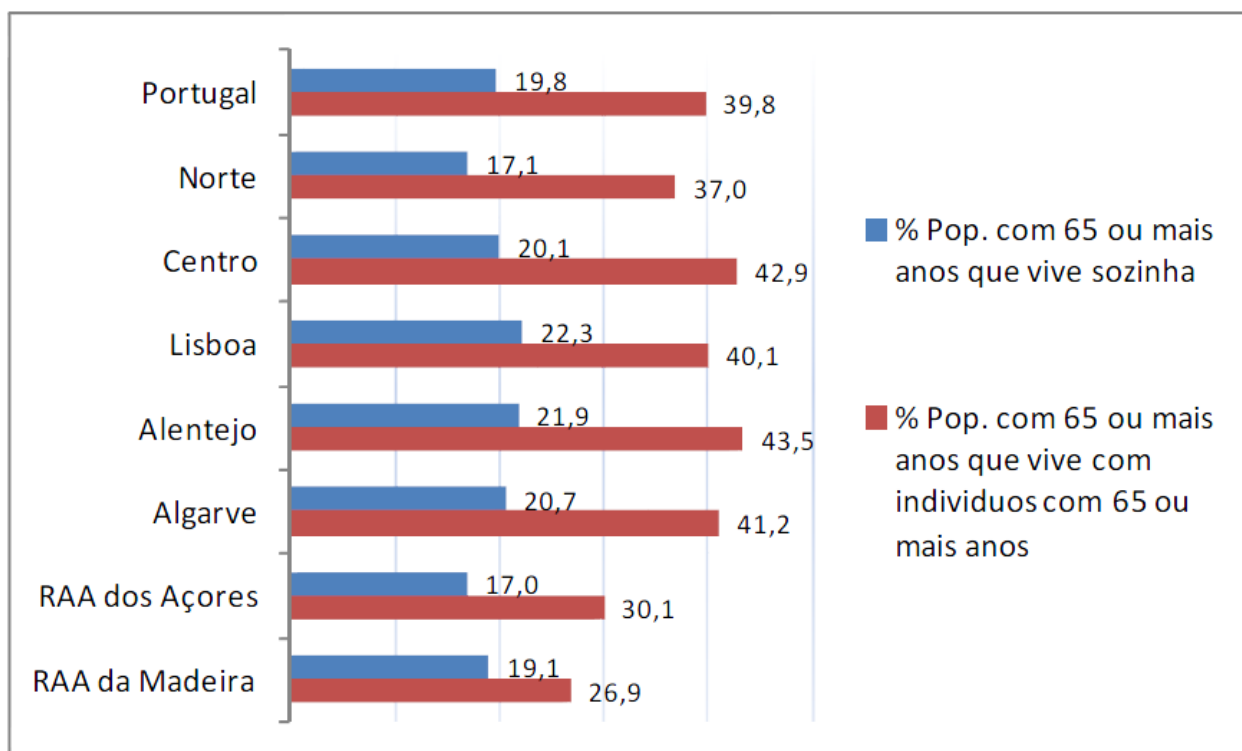
Fonte: Censos 2011, Resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística

ANEXO 9 – População de jovens e de idosos 2000-2050 (segundo diferentes cenários, em percentagem), Portugal, 2000-2050



Fonte: Projeções de população residente em Portugal 2000-2050, Instituto Nacional de Estatística.

ANEXO 10 – Gráfico com a percentagem da população idosa que vive sozinha ou exclusivamente com pessoas com 65 ou mais anos, por NUTS* II, em 2011



*NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Art. 1.º do DL n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, alterado pelo DL n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

Fonte: Resultados Pré-definitivos Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

ANEXO 11 – Fotografias relativas à habitação de idosos em situação de risco

SITUAÇÃO Nº 1

Ilustração 1 – Porta de acesso à habitação do idoso



(De realçar que este espaço foi projectado para servir de arrecadação de material)

Ilustração 2 – Pequeno espaço que serve de *hall de entrada*



Ilustração 3 – Entrada da habitação



(O acesso ao interior era dificultado por uma grande quantidade de objectos colocados imediatamente após e por detrás da porta, não permitindo uma circulação normal entre o habitáculo e o exterior)

Ilustração 4 – Corredor da habitação



(Grandes quantidades de objectos no chão e ainda um garrafão de 5L cheio de urina)

Ilustração 5 – Objectos acumulados no chão



(Sacos de lixo e grandes quantidades de garrafas de vidro)

Ilustração 6 – Saco com pão repleto de bolor e incomedível



Ilustração 7 – Produtos alimentares em mau estado de conservação



Ilustração 8 – Espaço onde o idoso preparava as suas refeições

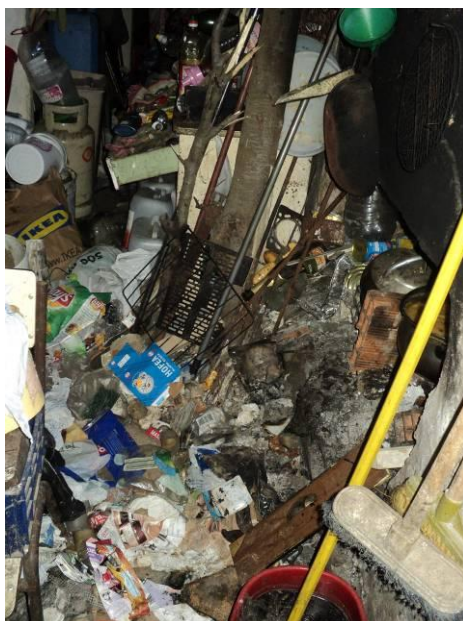


Ilustração 9 – Refeição preparada pelo idoso



(Esta comida já tinha sido produzida há algum tempo à data desta intervenção mas continuava a ser consumida)

Ilustração 10 – Única janela em toda a habitação



Ilustração 11 – Quantidade de lixo presente no interior da habitação



Ilustração 12 – Balde com dejectos humanos (fezes)



(A habitação não possuía qualquer tipo de saneamento básico)

Ilustração 13 – Local de repouso do idoso durante o dia

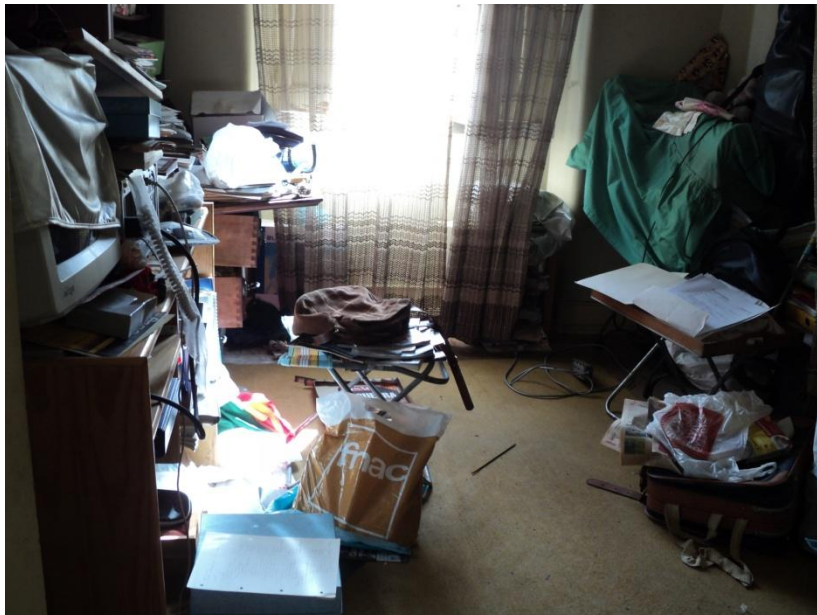


Ilustração 14 – Local onde o idoso dormitava



SITUAÇÃO Nº 2

Ilustração 1 – Interior da sala



(É importante mencionar que este idoso não apresentava capacidades psicológicas necessárias para tratar de si nem da sua casa e, como tal, não realizava limpezas nem organizava os seus bens)

Ilustração 2 – Cozinha

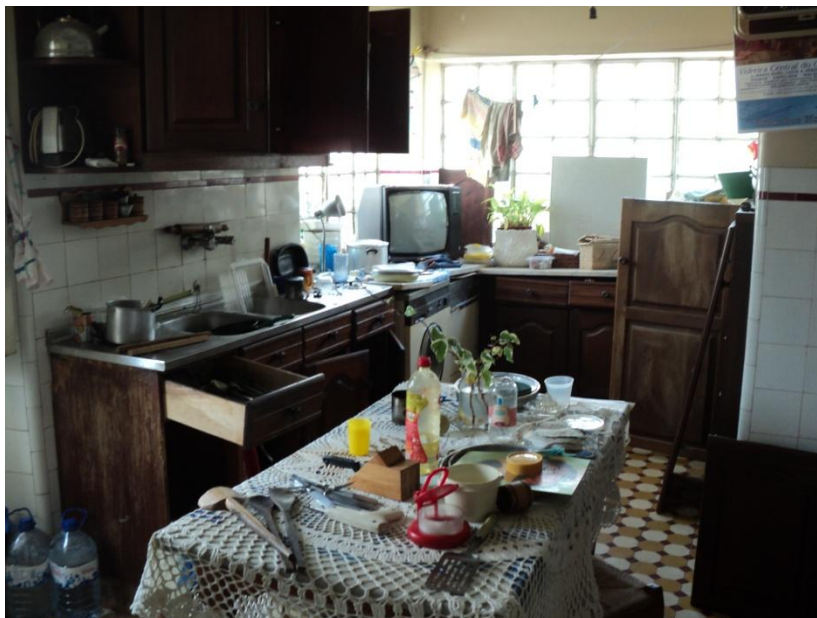


Ilustração 3 – Congelador desprovido de qualquer tipo de alimentos



Ilustração 4 – Frigorífico



Ilustração 5 – Ovos fora do prazo de validade



(Estas fotografias foram obtidas em 2012)

Ilustração 6 – Presunto fora do prazo de validade



ANEXO 12 – Movimento de processos na PSP entre 2008 e 2011

Ano		2011	2010	2009	2008
Entidade Notadora (Nível 1)	Fase do Processo	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos
PSP	Pendentes (Período seguinte)	..	42.941	38.986	40.548
	Saídos	..	248.874	252.916	247.046
	Entrados	..	252.829	251.354	256.007

Fonte: Estatísticas Oficiais da Justiça

ANEXO 13 – População residente no concelho de Sintra e nas freguesias de Agualva, Cacém, Queluz e Rio de Mouro

	População total residente
Sintra	377835
Queluz	26248
Rio de Mouro	47311
Agualva	35824
Cacém	21289

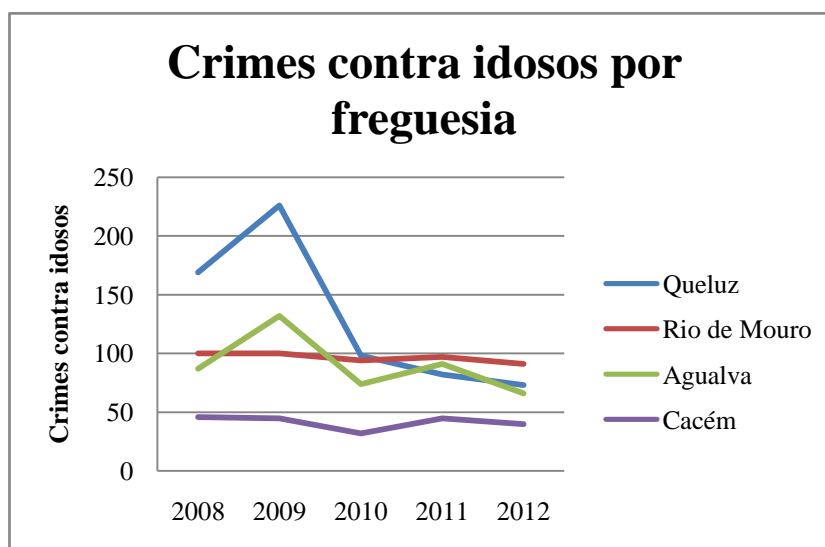
Fonte: Dados retirados dos Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

Anexo 14 – População residente com 65 ou mais anos de idade no concelho de Sintra e nas freguesias de Agualva, Cacém, Queluz e Rio de Mouro

	População com 65 ou mais anos de idade		Alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas	Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
Sintra	52238	31035	20647	10503	10144
Queluz	5658	3854	2661	1487	1174
Rio de Mouro	5376	3056	2033	1036	997
Agualva	4994	3032	2025	1046	979
Cacém	2834	1713	1131	559	572

Fonte: Dados retirados dos Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

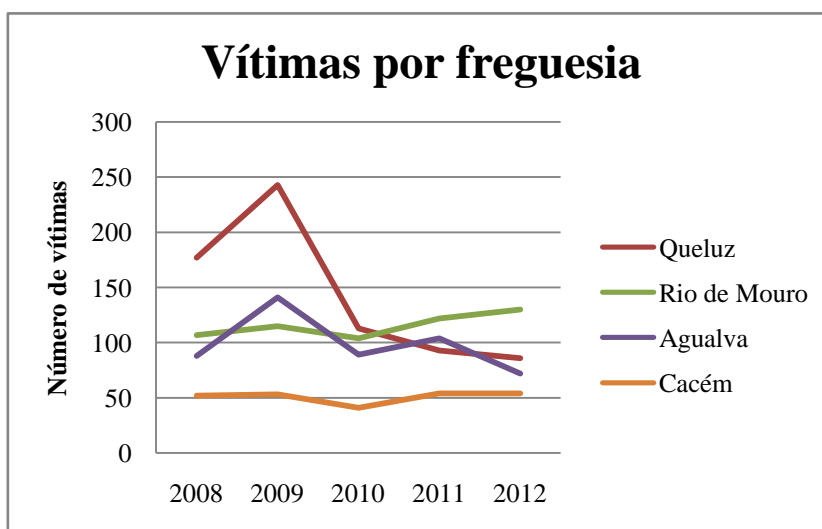
ANEXO 15 – Crimes praticados contra idosos entre 2008 e 2012 nas freguesias de Queluz, Rio de Mouro e Agualva-Cacém



	2008	2009	2010	2011	2012
Queluz	169	226	98	82	73
Rio de Mouro	100	100	94	97	91
Agualva	87	132	74	91	66
Cacém	46	45	32	45	40
Total Geral	402	503	298	315	270

Fonte: Dados fornecidos pelo Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional da PSP

ANEXO 16 – Idosos vítimas de crimes entre 2008 e 2012 nas freguesias de Queluz, Rio de Mouro e Agualva-Cacém



	2008	2009	2010	2011	2012
Queluz	177	243	113	93	86
Rio de Mouro	107	115	104	122	130
Agualva	88	141	89	104	72
Cacém	52	53	41	54	54
Total Geral	424	552	347	373	342

Fonte: Dados fornecidos pelo Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional da PSP

**ANEXO 17 – Modelo de questionário aplicado à população idosa das áreas
policiais de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro**

QUESTIONÁRIO

Modelo I



Data ____/____/____

Questionário nº _____

Instruções de resposta ao questionário

Este questionário insere-se num estudo académico subordinado ao tema *Actuação policial junto dos idosos: estudo exploratório na área policial de Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro* e tem por objectivo aferir a opinião da população alvo acerca da segurança na sua área e da prestação do projecto especial Apoio 65.

...
Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua **opinião pessoal e sincera**. Neste sentido, deverá seleccionar para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas, com excepção das questões sinalizadas com “**ESCOLHA MÚLTIPLA**”, onde poderá escolher mais do que uma resposta.

...
Este questionário é de natureza confidencial. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, significando isto que **o seu anonimato é estritamente respeitado**.

Caso se engane no preenchimento das respostas, risque e volte a responder, pois o importante é ter a sua opinião.

A sua opinião é fundamental

1 – Género

a) Masculino ☐

b) Feminino ☐

2 – Idade

a) 65-74 ☐

b) 75-84 ☐

c) ≥85 ☐

3 – Localidade

a) Queluz ☐

b) Agualva-Cacém ☐

c) Rio de Mouro ☐

4 – Vive sozinho/a?

- a) Sim ☐ b) Não ☐

5 – Tem filhos?

- a) Sim ☐ b) Não ☐

6 - Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?

- a) Sim ☐ b) Não ☐

7 – Existem problemas na sua área de residência que o/a deixam inseguro/a?

- a) Sim ☐ b) Não ☐

7.1 – Se respondeu “Sim”, quais os problemas que mais o/a afectam na sua área de residência?

(ESCOLHA MÚLTIPLA)

- a) Ruído ☐
b) Vizinhança ☐
c) Delinquência juvenil ☐
d) Álcool e drogas ☐
e) Outros ☐

8 – A quem é que recorreria para resolver este(s) seu(s) problema(s)?

- a) Assistente social ☐
b) Junta de Freguesia ☐
c) Tribunais ☐
d) Polícia de Segurança Pública ☐
e) Centro Paroquial ☐
f) Outros ☐

9 – Já foi vítima de algum crime na sua área de residência?

- a) Sim ☐ b) Não ☐

9.1 – Se respondeu “Sim”, quais foram os tipos de crime que foi vítima?

(ESCOLHA MÚLTIPLA)

- a) Outros Roubos ☐
- b) Furto em Residência ☐
- c) Roubo por esticção ☐
- d) Outros Furtos ☐
- e) Burla ☐
- f) Violência Doméstica ☐
- g) Agressões ☐
- h) Outros crimes ☐

10 – Sente-se seguro na sua área de residência?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

11 – Sente-se mais seguro/a quando vê polícias na sua área de residência?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

12 - Sente que os elementos policiais da sua zona ajudam a resolver os problemas que a sua comunidade tem?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

13 – Em que altura do dia prefere que os agentes entrem em contacto consigo?

- a) Manhã ☐
- b) Tarde ☐
- c) Noite ☐
- d) Indiferente ☐

14 – De que forma prefere que os agentes entrem em contacto consigo?

- a) Pessoalmente ☐
- b) Por telefone ☐
- c) Ambos ☐

15 – Prefere que o agente venha fardado ou em trajes normais (à civil)?

- a) Fardado ☐
- b) Civil ☐
- c) Indiferente ☐

16 – Em que locais prefere que exista este contacto consigo?

(ESCOLHA MÚLTIPLA)

- a) Dentro de casa ☐
- b) Porta do prédio/casa ☐
- c) Rua ☐
- d) Café ☐
- e) Esquadra ☐
- f) Outros espaços públicos ☐

17 – Já participou em alguma acção de sensibilização dada pelos nossos elementos?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

17.1 – Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?

- a) Através da partilha de experiências ☐
- b) Através de imagens e vídeos ☐
- c) Através de distribuição de folhetos informativos ☐

18 – Sentia-se mais inseguro se os elementos policiais deixassem de o/a contactar?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

ANEXO 18 – Tabelas dos resultados obtidos através dos questionários aplicados a idosos

Tabela 1 - Género

		Registos	%
1. Género	Masculino	13	21,7
	Feminino	47	78,3
	Total Geral	60	100,0

Tabela 2 – Idade

		Registos	%
2. Idade	65-74	17	28,3
	75-84	31	51,7
	≥85	12	20,0
	Total Geral	60	100,0

Tabela 3 – Localidade

		Registos	%
3. Localidade	Queluz	20	33,3
	Agualva-Cacém	20	33,3
	Localidade	20	33,3
	Total Geral	60	100,0

Tabela 4 – Vive sozinho/a?

		Registos	%
4. Vive sozinho/a?	Sim	48	80,0
	Não	12	20,0
	Total Geral	60	100,0

Tabela 5 – Tem filhos?

		Registos	%
5. Tem filhos?	Sim	37	61,7
	Não	23	38,3
	Total Geral	60	100,0

Tabela 6 – Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?

		Registos	%
6. Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?	Sim	43	71,7
	Não	17	28,3
	Total Geral	60	100,0

Tabela 7 - Existem problemas na sua área de residência que o/a deixam inseguro/a?

		Registos	%
7. Existem problemas na sua área de residência que o/a deixam inseguro/a?	Sim	26	43,3
	Não	34	56,7
	Total Geral	60	100

Tabela 8 – Se respondeu “Sim”, quais os problemas que mais o/a afectam na sua área de residência?

Pergunta de Escolha Múltipla			
		Registos	%
7.1 Se respondeu “Sim”, quais os problemas que mais o/a afectam na sua área de residência?	Ruído	13	50,0
	Vizinhança	14	53,8
	Delinquência juvenil	8	30,8
	Álcool e drogas	3	11,5
	Outros	3	11,5
	Total Geral	41	

* Os valores percentuais obtidos foram calculados em consideração ao número de idosos que respondeu “Sim” na pergunta 7 (26), conforme a necessidade do estudo.

Tabela 9 – A quem é que recorreria para resolver este(s) seu(s) problema(s)?

		Registos	%
8. A quem recorreria para resolver este(s) seu(s) problemas?	Assistente Social	5	8,3
	PSP	52	86,7
	Outros	3	5,0
	Total Geral	60	100,0

Tabela 10 – Já foi vítima de algum crime na sua área de residência?

		Registos	%
9. Já foi vítima de algum crime na sua área de residência?	Sim	28	46,7
	Não	32	53,3
	Total Geral	60	100,0

Tabela 11 – Se respondeu “Sim”, quais foram os tipos de crime que foi vítima?

Pergunta de Escolha Múltipla			
		Registos	%
9.1 Se respondeu "Sim", quais foram os tipos de crime que foi vítima?	Roubo	2	7,1
	Furto em Residência	13	46,4
	Roubo por esticção	8	28,6
	Outros furtos	2	7,1
	Burla	4	14,3
	Violência Doméstica	3	10,7
	Agressões	7	25,0
	Outros crimes	0	0,0
	Total Geral	39	

* Os valores percentuais obtidos foram calculados em consideração ao número de idosos que respondeu “Sim” na pergunta 9 (28), conforme a necessidade do estudo.

Tabela 12 – Sente-se seguro na sua área de residência?

		Registos	%
10. Sente-se seguro na sua área de residência?	Sim	47	78,3
	Não	13	21,7
	Total Geral	60	100,0

Tabela 13 – Sente-se mais seguro/a quando vê polícias na sua área de residência?

		Registos	%
11. Sente-se mais seguro/a quando vê polícias na sua área de residência?			
	Sim	60	100
	Total Geral	60	100

Tabela 14 – Sente que os elementos policiais da sua zona ajudam a resolver os problemas que a sua comunidade tem?

		Registos	%
12. Sente que os elementos policiais da sua zona ajudam a resolver os problemas que a sua comunidade tem?			
	Sim	60	100
	Total Geral	60	100

Tabela 15 – Em que altura do dia prefere que os agentes entrem em contacto consigo?

		Registos	%
13. Em que altura do dia prefere que os agentes entrem em contacto consigo?	Manhã	18	30,0
	Tarde	5	8,3
	Noite	12	20,0
	Indiferente	25	41,7
	Total Geral	60	100,0

Tabela 16 – De que forma prefere que os agentes entrem em contacto consigo?

		Registos	%
14. De que forma prefere que os agentes entrem em contacto consigo?	Pessoalmente	44	73,3
	Por telefone	6	10,0
	Ambos	10	16,7
	Total Geral	60	100,0

Tabela 17 – Prefere que o agente venha fardado ou em trajes normais (à civil)?

		Registos	%
15. Prefere que o agente venha fardado ou em trajes normais (à civil)?	Fardado	40	66,7
	Indiferente	20	33,3
	Total Geral	60	100,0

Tabela 18 – Em que locais prefere que exista este contacto consigo?

Pergunta de Escolha Múltipla			
		Registos	% em relação ao total de idosos
16. Em que locais prefere que exista este contacto consigo?	Dentro de casa	44	73,3
	Porta do prédio/casa	21	35,0
	Rua	11	18,3
	Café	1	1,7
	Esquadra	1	1,7
	Outros espaços públicos	10	16,7
	Total Geral	88	

* Os valores percentuais obtidos foram calculados em consideração ao total de visados no estudo (60) e não em relação ao número de registos (88), conforme a necessidade do estudo.

Tabela 19 – Já participou em alguma acção de sensibilização dada pelos nossos elementos?

		Registos	%
17. Já participou em alguma acção de sensibilização dada pelos nossos elementos?	Sim	23	38,33333
	Não	37	61,66667
	Total Geral	60	100

Tabela 20 – Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?

		Registos	%
17.1 Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?	Através da partilha de experiências	16	69,6
	Através de imagens e vídeos	6	26,1
	Através de distribuição de folhetos informativos	1	4,3
	Total Geral	23	100,0

* Os valores percentuais obtidos foram calculados em consideração ao total de registos (23), conforme a necessidade do estudo.

Tabela 21 – Sentia-se mais inseguro se os elementos policiais deixassem de o/a contactar?

		Registos	%
18. Sentia-se mais inseguro se os elementos policiais deixassem de o/a contactar?	Sim	60	100
	Total Geral	60	100

Tabela 22 - "Vive sozinho/a"? * "Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?"

		6. Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?		Total Geral
		Sim	Não	
4. Vive sozinho/a?	Sim	32 (53,3%)	16 (26,7%)	48 (80%)
	Não	11 (18,3%)	1 (1,7%)	12 (20%)
Total Geral		43 (71,7%)	17 (28,3%)	60 (100%)

Tabela 23 - "Sente-se seguro na sua área de residência?" * "Vive sozinho/a"?

		4. Vive sozinho/a?		Total Geral
		Sim	Não	
10. Sente-se seguro na sua área de residência?	Sim	38 (68,3%)	9 (15%)	47 (78,3%)
	Não	10 (16,7%)	3 (5%)	13 (21,7%)
Total Geral		48 (80%)	12 (20%)	60 (100%)

Tabela 24 - "Sente-se seguro na sua área de residência?" * "Existem problemas na sua área de residência que o/a deixam inseguro/a"?

		7. Existem problemas na sua área de residência que o/a deixam inseguro/a?		Total Geral
		Sim	Não	
10. Sente-se seguro na sua área de residência?	Sim	17 (28,3%)	30 (50%)	47 (78,3%)
	Não	9 (15%)	4 (6,7%)	13 (21,7%)
Total Geral		48 (43,3%)	12 (56,7%)	60 (100%)

Tabela 25 - "Sente-se seguro na sua área de residência?" * "Já foi vítima de algum crime na sua área de residência"?

		9. Já foi vítima de algum crime na sua área de residência?		Total Geral
		Sim	Não	
10. Sente-se seguro na sua área de residência?	Sim	17 (28,3%)	30 (50%)	47 (78,3%)
	Não	11 (18,3%)	2 (3,3%)	13 (21,7%)
Total Geral		48 (46,6%)	12 (53,3%)	60 (100%)

Tabela 26 - "Tem filhos?" * " Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?"

		6. Tem alguém a quem recorrer em caso de necessidade (família/amigos/vizinhos)?		Total Geral
		Sim	Não	
5. Tem filhos?	Sim	29 (48,3%)	8 (13,3%)	37 (61,7%)
	Não	14 (23,3%)	9 (15%)	23 (38,3%)
Total Geral		43 (71,7%)	17 (28,3%)	60 (100%)

Tabela 27 – Tabela de correlação de dados sobre idosos que não se sentem seguros com os dados obtidos nas perguntas 4, 7 e 9

		Dados obtidos na Tabela 23		Dados obtidos na Tabela 24		Dados obtidos na Tabela 25	
		4. Vive sozinho?		7. Existem problemas na sua área de residência que o/a deixam inseguro/a?		9. Já foi vítima de algum crime na sua área de residência?	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
10. Sente-se seguro na sua área de residência?	Não	10 (76,9%)	3 (23,1%)	9 (69,2%)	4 (30,8%)	11 (84,6%)	2 (15,4%)
Total Geral		13 (100%)		13 (100%)		13 (100%)	

ANEXO 19 – Modelo de questionário aplicado aos elementos policiais
pertencentes às EPAV das esquadras de Agualva-Cacém, Queluz e Rio de Mouro

QUESTIONÁRIO

Modelo II



Data ____/____/____

Questionário nº _____

Instruções de resposta ao questionário

Este questionário insere-se num estudo académico subordinado ao tema *Actuação policial junto dos idosos: estudo exploratório na área policial de Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro* e tem por objectivo aferir a sua opinião acerca da prestação do projecto especial Apoio 65.

...
Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua **opinião pessoal e sincera**. Neste sentido, deverá seleccionar para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas, com excepção das questões sinalizadas com “**ESCOLHA MÚLTIPLA**”, onde poderá escolher mais do que uma resposta.

...
Este questionário é de natureza confidencial. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, significando isto que **o seu anonimato é estritamente respeitado**.

Caso se engane no preenchimento das respostas, risque e volte a responder, pois o importante é ter a sua opinião.

A sua opinião é fundamental

1 – Área policial em que presta serviço

- a) Queluz ☐
b) Agualva-Cacém ☐
c) Rio de Mouro ☐

2 – Categoria profissional

- a) Agente ☐
b) Agente Principal ☐

3 – Há quanto tempo exerce funções nas EPAV?

- a) Há menos de 6 meses ☐
- b) Entre 6 a 12 meses ☐
- c) Entre 12 a 18 meses ☐
- d) Há mais de 18 meses ☐

4 – Já recebeu algum tipo de formação no âmbito das funções que desempenha?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

5 – Sente que tem a formação necessária para exercer as suas funções?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

6 – Já consultou a Directiva 10/2012, de 24 de Maio, “A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos”?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

7 – Já aplicou alguma das medidas emanadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

8 – Em que locais costuma abordar os idosos?

(ESCOLHA MÚLTIPLA)

- a) Em casa ☐
- b) No café ☐
- c) Na rua ☐
- d) Outros espaços públicos ☐

9 – Procura saber mais informações pertinentes em relação ao idoso junto dos seus familiares/amigos/vizinhos?

- a) Sim ☐
- b) Não ☐

10 – Já planeou/realizou alguma actividade de carácter lúdico e pedagógico, como uma acção de sensibilização, que visasse a formação e adopção de comportamentos preventivos por parte dos idosos?

a) Sim ☐

b) Não ☐

11 – Sente que a aplicação das medidas determinadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio, permitem reduzir os índices criminais associados aos idosos enquanto vítimas?

a) Sim ☐

b) Não ☐

12 – Na sua opinião, as medidas determinadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio, são suficientes para a redução efectiva do sentimento de insegurança dos idosos na actualidade?

a) Sim ☐

b) Não ☐

ANEXO 20 - Tabelas dos resultados obtidos através dos questionários aplicados aos elementos das EPAV

Tabela 1 – Área policial em que presta serviço

		Registos	%
1. Área policial em que presta serviço	Queluz	7	53,8
	Agualva-Cacém	4	30,8
	Rio de Mouro	2	15,4
	Total Geral	13	100

Tabela 2 – Categoria profissional

		Registos	%
2. Categoria profissional	Agente	13	100
	Total Geral	13	100

Tabela 3 – Há quanto tempo exerce funções nas EPAV?

		Registos	%
3. Há quanto tempo exerce funções nas EPAV?	Há menos de 6 meses	3	23,1
	Entre 6 a 12 meses	2	15,4
	Entre 12 a 18 meses	4	30,8
	Há mais de 18 meses	4	30,8
	Total Geral	13	100

Tabela 4 - Já recebeu algum tipo de formação no âmbito das funções que desempenha?

		Registos	%
4. Já recebeu algum tipo de formação no âmbito das funções que desempenha?	Sim	12	92,3
	Não	1	7,7
	Total Geral	13	100

Tabela 5 - Sente que tem a formação necessária para exercer as suas funções?

		Registos	%
5. Sente que tem a formação necessária para exercer as suas funções?	Sim	11	84,6
	Não	2	15,4
	Total Geral	13	100

Tabela 6 - Já consultou a Directiva 10/2012, de 24 de Maio, “A Solidariedade não tem idade – a PSP com os idosos”?

		Registos	%
6. Já consultou a Directiva 10/2012, de 24 de Maio, "A Solidariedade não tem idade - a PSP com os idosos"?	Sim	10	76,9
	Não	3	23,1
	Total Geral	13	100

Tabela 7 - Já aplicou alguma das medidas emanadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio?

		Registos	%
7. Já aplicou alguma das medidas emanadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio?	Sim	9	69,2
	Não	4	30,8
	Total Geral	13	100

Tabela 8 - Em que locais costuma abordar os idosos?

Pergunta de Escolha Múltipla			
		Registos	%
8. Em que locais costuma abordar os idosos?	Em casa	7	53,8
	No café	3	23,1
	Na rua	12	92,3
	Outros espaços públicos	3	23,1
	Total Geral	25	

Tabela 9 - Procura saber mais informações pertinentes em relação ao idoso junto dos seus familiares/amigos/vizinhos?

		Registos	%
9. Procura saber mais informações pertinentes em relação ao idoso junto dos seus familiares/amigos/vizinhos?	Sim	12	92,3
	Não	1	7,7
	Total Geral	13	100

Tabela 10 - Já planeou/realizou alguma actividade de carácter lúdico e pedagógico, como uma acção de sensibilização, que visasse a formação e adopção de comportamentos preventivos por parte dos idosos?

		Registos	%
10. Já planeou/realizou alguma actividade de carácter lúdico e pedagógico, como uma acção de sensibilização, que visasse a formação e adopção de comportamentos preventivos por parte dos idosos?	Sim	12	92,3
	Não	1	7,7
	Total Geral	13	100

Tabela 11 - Sente que a aplicação das medidas determinadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio, permitem reduzir os índices criminais associados aos idosos enquanto vítimas?

		Registos	%
11. Sente que a aplicação das medidas determinadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio, permitem reduzir os índices criminais associados aos idosos enquanto vítimas?	Sim	12	92,3
	Não	1	7,7
	Total Geral	13	100

Tabela 12 - Na sua opinião, as medidas determinadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio, são suficientes para a redução efectiva do sentimento de insegurança dos idosos na actualidade?

		Registos	%
12. Na sua opinião, as medidas determinadas pela Directiva 10/2012, de 24 de Maio, são suficientes para a redução efectiva do sentimento de insegurança dos idosos na actualidade?	Sim	9	69,2
	Não	4	30,8
	Total Geral	13	100